

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009

N.º 3/2009

DIA: Vinte e oito de Dezembro do ano de dois mil e nove.-----

HORA: Dezanove horas e quinze minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENCAS:-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD).-----

2º SECRETÁRIO: Eng.^a Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD). -----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD - Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD - Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado;-----

PPD/PSD - Dra. Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD - Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos.---

CDS/PP - Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP - António Gomes;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP - José do Nascimento Peres;-----

CDS/PP - António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP - Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

2009.12.28

PS - Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD - Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD - Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vitor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

Chegaram mais tarde, conforme oportunamente referenciado, os seguintes membros:-----

- CDS/PP - Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

- CDS/PP - Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

- PS - Manuel de Sousa Pinho;-----

- PPD/PSD - Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

- PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

2009.12.28

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores: Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, por lapso, não consta da ordem de trabalhos da presente sessão o Período de Antes da Ordem do Dia e a Apreciação da Actividade Municipal. Assim ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, colocou à consideração da Assembleia Municipal o agendamento deste ponto quatro.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, concordar com o referido agendamento.-----

Neste momento chegaram à sessão os senhores: Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro; Dr.ª. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra; Manuel de Sousa Pinho; Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho e Senhor Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão abrindo o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta do Senhor Presidente da Assembleia, aprovar por unanimidade dos vinte e nove membros presentes, o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Senhor Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite: -----

“Portugal, a Região Norte e o Concelho de Vale de Cambra perderam uma das mais ilustres e empreendedoras Personalidades, o Senhor Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite.-----

Ilustre Autarca, Empresário de Excelência nos sectores industrial e financeiro, Cidadão Exemplar, Humanista, Benemérito e Solidário, Medalha de Ouro do Município de Vale de Cambra, contribuiu indelevelmente com a sua vida e obra de projecção nacional e internacional para o conhecimento e desenvolvimento do Município de Vale de Cambra, das suas Associações e Instituições.-----

Vale de Cambra é, hoje, um Município melhor apetrechado e direccionado para um futuro risonho graças à visão prognóstica e acertada do seu sentir, pensar e bem fazer em prol dos Valecambrenses.-----

Nesta data a Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo e sentido pesar por esta grande perda para o Município de Vale de Cambra e delibera, por unanimidade, transmitir à Família as suas mais sentidas e respeitosas condolências.”-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos Membros da Assembleia:-----

No uso da palavra, o Senhor António Gomes referiu que quer que fique lavrado o seu veemente protesto pelo que se passou na primeira reunião da Assembleia Municipal, porquanto na mesma, a mesa da Assembleia Municipal deveria ter sido eleita por escrutínio secreto e, como todos sabem não o foi.-----

Referiu ainda que é a primeira vez que ali está como membro da Assembleia Municipal e, como tal, espera não defraudar todos aqueles que livremente e em consciência, em si confiaram e por isso mesmo, em si votaram.-----

Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara Municipal andou por aí numas andas ou, “andolas” quando ganhou estas últimas Eleições e que não era para

menos, e que até já lhe deu, no tempo devido, os seus parabéns, dizendo que devia ser do conhecimento geral e dos membros desta Assembleia, que depois do 25 de Abril, apenas ele se podia gabar de ter ganho eleições pelo P.S.D. porque só personagens afectas ao C.D.S. contribuíram em outros mandatos, para que o P.S.D. liderasse a Câmara Municipal de Vale de Cambra.-----

Explicitou o seu ponto de vista, mencionando que o Eng.º Bernardo Coelho de Pinho (CDS), ganhou pelo CDS: 1977/1979; o Senhor Álvaro Pinho da Costa Leite (Independente) foi substituído pelo Senhor José Tavares (C.D.S.): 1980/1982; Dr. Fausto Leite de Almeida (P.S.D.) perdeu para o Dr. Fonseca (C.D.S.): 1983/1985; o Dr. António José Oliveira Fonseca C.D.S. ganhou as eleições: 1983 a 1985; o Sr. Cilo Brandão (P.S.D.) perdeu para o Dr. Luís Gonçalo Bastos de Pinho (C.D.S.); o Dr. Luís Gonçalo Bastos de Pinho (C.D.S.) dois mandatos: 1986 a 1989 e de 1990 a 1993; o Dr. António José de Oliveira Fonseca (C.D.S.) concorreu como independente pelo P.S.D., dois mandatos de 1994 a 1.997 e de 1998 a 2001; o Dr. Eduardo Manuel Martins Coelho (CDS) concorreu pelo P.S.D. no mandato de 2002 a 2005, interrompido pela sua morte e substituído pelo actual Presidente Eng.º José Bastos que ganhou, de 2006 a 2009 com maioria absoluta e de 2009 a 2013 devendo-se esta última em grande parte a Carlos Dias, outro “CDS” que lhe arrecadara em Arões 616 votos. Referiu que fez esta explanação para dizer que o P.S.D. tem governado grande parte do tempo com a ajuda de muitos militantes e simpatizantes do CDS que como ele, os apoiaram, neles votaram e alguns desses se encontravam nesta Assembleia; uns porque apostaram no projecto; outros pela ânsia do poder.-----

Disse ainda que em Vale de Cambra, as eleições se ganhavam com habilidade e nessa o PSD levava vantagem, pois que, ainda neste ano (2009) no dia 10 de Outubro, véspera de eleições autárquicas, se encontrava em Fátima um autocarro

2009.12.28

com velhinhos de Vale de Cambra e que as pessoas, quer quisessem quer não, já não eram livres de votar em consciência;-----

Referiu que era preciso dar qualidade e seriedade à vida política na nossa terra e que a estratégia nestes últimos anos, pela parte do PSD era através dos idosos que sabem que votam, em contrapartida dos jovens que já pouco ou nada acreditavam na política e nos políticos, tendo a prova disso no último panfleto que a Câmara distribuiu, onde viu três fotos de convívios em dia do idoso sendo este um concelho governado por vontades maioritariamente de idosos, que preza.-----

Referiu ainda que deviam analisar as votações para a Câmara Municipal e não só, também para a freguesia de S. Pedro de Castelões e que chegariam à sua conclusão.-----

Disse que, em S. Pedro de Castelões, o CDS venceu em onze de Outubro de 2009 para a Câmara Municipal, quatro mesas em sete, a maior Freguesia do concelho em população, seis mil oitocentos e noventa eleitores inscritos, que em Macieira de Cambra, a segunda maior do concelho, ganhou para a Câmara e Assembleia, de onde eram residentes os mandatários do candidato do PSD à Câmara Municipal e a Mandatária da Candidata do P.S.D. à Junta de Freguesia, e que perderam os dois e ainda ganhou para a Câmara e Assembleia Municipal na Freguesia de Rôge.-----

Mencionou que o CDS subiu no concelho, pois teve mais um membro para a Assembleia Municipal do que há quatro anos, e mais um Vereador para a Câmara Municipal tal como em número de votantes, mais quinhentos e sessenta e três; que o novo executivo da Câmara Municipal tem gente nova; que devemos dar-lhe o benefício da dúvida mas que terão de respeitar os sete mil quinhentos e noventa e oito eleitores Cambrenses da oposição e não, só os seis mil novecentos e quarenta e um eleitores Cambrenses que votaram PSD. Disse que

2009.12.28

esta votação foi um cartão amarelo mostrado pelos Cambrenses ao executivo anterior; que tal resultado lhes diz que nos próximos quatro anos muitos mais Cambrenses irão ver goradas as suas expectativas em termos de investimento nas suas Freguesias dado que as obras megalómanas só se situavam na Cidade e teriam de ser pagas por todos os Cambrenses, e que, esperando que assim não suceda, o PSD para a próxima eleição irá sentir a revolta da maioria dos Valecambrenses;-----

Referiu quanto ao slogan de campanha “Nós cumprimos”, que mais dia, menos dia, seria provado que esse slogan tem indícios de ser falso.-----

Disse ser cem por cento a favor do Poder Local, que para si foi a conquista mais importante da *Revolução do 25 de Abril*. Disse também que foi com esta força política que muitos cidadãos nacionais viram melhorar as suas condições de vida, pois se não fosse o poder local, ainda hoje teríamos terra ou tout-venant até à porta, falta de electricidade, água, saneamento etc; disse ainda que temos que dar graças ao poder local mas que contestava e repudiava o poder local, quando este desperdiçava, gastava mal gasto, os dinheiros públicos das taxas, licenças e impostos em obras megalómanas, obras sem nexos, como por exemplo, o W.C. da Praça Pública de S. Pedro de Castelões onde foram gastos para já trinta e três mil euros. Pediu ao senhor Presidente da Câmara, para não destruir mais a Praça Pública de S. Pedro de Castelões e do concelho, porque a anterior, era uma obra digna de ser visitada por todos os Cambrenses e de quem os visitava; referiu que em tempos, foram destruídos uns WC's que estavam na Praça Pública, sem, em seu entender, ter havido necessidade nenhuma, para agora fazerem um investimento nuns WC's em cima de um passeio e de uma estrada; diz não ter nexos nem no terceiro mundo.-----

Referiu que gostava que se preocupasse mais com a água das chuvas na *E.N.* 328, junto ao Malhundes, onde já se deram vários acidentes, comunicando tal facto à Direcção de Estradas de Aveiro; com a fraca sinalização no concelho; com a limpeza das Estradas Municipais, bem como, com a segurança dos cidadãos, mandando colocar rails nas curvas para evitar despistes, dando como exemplo da sua falta, o facto da morte do jovem acidentado na curva de Paredes, S. P. Castelões; referiu ainda que o senhor Presidente se devia preocupar com o Ambiente e com os nossos Rios; com a distribuição da água e saneamento no concelho, entre outros e que deixasse em paz a Praça Pública de S. Pedro de Castelões, que se assim o fizesse, estaria com certeza a fazer história para poder ser lembrado como um grande Presidente.-----

No uso da palavra, o Senhor Albano de Oliveira Braga, referiu lamentar o facto de no dia nove de Novembro e dezoito de Dezembro ter mandado e-mails dirigidos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e falado pessoalmente, pedindo um conjunto de documentos que seriam importantes para analisar os pontos 3 e 4 – Mapa de Pessoal para 2010 e o Orçamento 2010 – Grandes Opções do Plano 2010/2013 da Ordem de Trabalhos. Disse que os documentos eram relativos aos Recursos Humanos da Autarquia, sobre o número de funcionários e directores desde dois mil e três a dois mil e nove, sobre a estatística relativa à educação e ensino, o número de alunos dos anos lectivos dois mil e cinco/ dois mil e seis e dois mil e nove/dois mil e dez dos Agrupamentos Escolares da escola das Dairas e do Búzio. Queria ainda saber do contrato de concessão, anexo I, II e III e estudo estratégico do parque de estacionamento; dizendo ainda que também pediu a execução real das despesas da autarquia dos anos civis de dois mil e um a dois mil e oito e a execução real das receitas da autarquia, juros da dívida e o valor do endividamento.-----

2009.12.28

Referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe entregou uma pasta com os documentos solicitados, antes cinco minutos de começar a reunião, os quais lhe foi impossível analisar, apesar de fazer um juízo de valor, na negativa e na positiva, dos pontos 3 e 4.-----

Disse que quer deixar outras questões dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara tal como, a da definição do Vice-Presidente da Câmara uma vez que acha que todas as Câmaras deste país já definiram quem é o Vice-Presidente e a Câmara de Vale de Cambra é a única que conhece que ainda não nomeou.-----

Focou também o caso do Engº Pedro Valente, técnico da Câmara, que foi seu aluno há muitos anos, que trabalhou durante 8 anos paralelamente ao tempo em que o Engº José Bastos foi Vice-Presidente e enquanto Presidente da Câmara e que, soube há pouco tempo de uma reestruturação feita na Câmara, na qual este tinha sido despromovido e tinha entrado outro técnico da Câmara para as suas funções; pergunta se esta despromoção foi por este não ter zelado pelos interesses da Câmara ou por ter sido incompetente nas suas funções e que até queria propor um voto de louvor pelo trabalho que ele tinha desempenhado ao longo destes anos ao serviço do concelho.-----

Continuando a sua intervenção, perguntou porque é que, na zona industrial Codal/Lordelo, há cerca de um ou dois meses foram colocadas, e bem, pela autarquia, uma manilhas para recolha de águas pluviais e afirmando que aquela zona industrial foi construída em cima de uma linha de água, como toda gente conhece e que, quando vem água mesmo sem chover muito, fica tudo destruído. Perguntou ainda se a obra foi entregue ao empreiteiro e se ele tinha de fazer a obra toda ou se ele só fazia a colocação da conduta e os funcionários da câmara faziam os trabalhos finos. Pergunta ainda, se o paredão de suporte de terras feito recentemente, na reparação da estrada que vai para Lordelo, junto à curva que

vai para a Famaival, e que rebentou, foi devido a defeito de construção e que assim sendo se deveria ser o empreiteiro o responsável pela sua reparação e qual a justificação para que tenham sido os funcionários da Câmara a repará-lo; referiu ainda que este muro continua com fissuras e que provavelmente irá rebentar outra vez.-----

Informou, a propósito do Imposto Municipal sobre Imóveis e para conhecimento de todos os colegas, que a Câmara de S. João da Madeira o baixou, em muitos dos prédios urbanos e rústicos.-----

Pediui ainda ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para solicitar ao Partido Socialista, a retirada das suas estruturas metálicas e cartazes da campanha eleitoral;-----

Referiu que verificou que a Câmara tem dezenas de questões no contencioso e perguntou se já havia decisões de 1ª instância em que a autarquia foi condenada a pagar os terrenos seis vezes mais do que aquilo que foi proposto, três euros e quinze cêntimos ou três euros e vinte e cinco cêntimos e se foram feitas previsões no plano e orçamento, para uma possível decisão do Tribunal de pagar esses terrenos a vinte ou trinta euros o metro quadrado.-----

No uso da palavra, o Senhor António dos Santos Sousa, perguntou se está prevista ou não a colocação de novo pavimento na estrada que liga Macieira de Cambra à Pena e para quando é o seu alargamento uma vez que esta está num estado lastimável. Referiu que na mesma estrada, quem conhecer a ponte das Cavadas por onde passa o Rio Viques e vira para a parte da Pena, verifica que ela está a aluir da parte direita quem vem de Malhundes e que põe em risco os utentes da via; que mais acima, antes de chegar à Metalomecânica, há lá uma parte que tem uma nascente que vem para a estrada, sendo normalmente cortada a via, todos os anos, quatro a cinco dias, precisamente pela queda desses

mesmos terrenos; pediu a rectificação do traçado e a colocação de um piso da qual já era meritória tendo em conta que esta tinha sido oferecida pelo Comendador Luís Bernardo de Almeida ao Município de Vale de Cambra. Questionou o alargamento e pavimentação da estrada que vai do Sr. do Calvário a Porto Novo, que é estreita além de ter o pavimento degradado. Lembrou também o estado degradado da estrada que vem do fundo da Raposeira ao Outeiro. Questionou por último, o panfleto que estava afixado antes das eleições que dizia que Malhundes já tinha rede de abastecimento de água feita, lembrando que nessa estrada, que vai das Cavadas a Malhundes, foi colocado um tubo, na berma da estrada desde as Cavadas à primeira casa de Malhundes e nada mais e se isso era considerado um abastecimento de rede de água ao lugar de Malhundes e se era dado como concluído, então devia dizer que Malhundes está bem servido em termos de abastecimento de água mas porque ultimamente a situação do tempo assim o tem permitido. -----

Usou a palavra o Senhor Engº Aníbal Moreira da Costa dizendo que o CDS se apresentava efectivamente naquela Assembleia e na Câmara Municipal como um elemento válido e que o tem demonstrado ao longo dos tempos além de que estar na oposição não significará estar sempre contra nem necessariamente dizer sim, mas chamar a atenção fundamentalmente para o que é necessário e que faz falta no quotidiano de todos os concidadãos e, é nesse posto que ele e todos se encontravam ali, desempenhando as funções políticas para as quais foram eleitos. Referiu que as maiorias são más e as maiorias absolutas são péssimas, mas que as maiorias até não são más, até são boas quando governavam com o sentido de bem servir e com o sentido único de que o futuro é o amanhã, não é o ontem e o ontem só serve como exemplo, só serve para corrigirmos o que fizemos de mal e seguirmos aquilo que fizemos de bem. Disse que nesta reunião,

praticamente iriam discutir sobre um assunto que está ultrapassado porque está aprovado e tudo o que a bancada faça, será tábua rasa relativamente à assumpção dos assuntos já assumidos pelo PSD. Refere que nunca esteve em órgãos na oposição, que esteve sempre com os governantes eleitos vencedores das eleições mas, procurou sempre tanto nos casos em que esteve presente quer na Câmara Municipal quer ao nível da Assembleia Municipal, que houvesse o bom senso e que efectivamente o resultado se viu ao longo dos anos através de obra feita, não querendo dizer com isto que hoje não se façam mas, refere que hoje não só ao nível concelhio como ao nível nacional, as obras são de fachada e que se hoje nós existimos, os nossos filhos serão a nossa continuidade no amanhã e espera que estes digam bem de nós, do Sr. Presidente da Câmara e que Vale de Cambra seja melhor do que foi e não pior do que já foi ou do que está. Refere ainda que quem conheceu Vale de Cambra há 30 anos, via Vale de Cambra, efectivamente viva; já tinha grandes indústrias, não havia só uma Vicaima, uma ARSOPI ou uma COLEP, já haviam grandes indústrias há 30 ou 40 anos, ao nível do tecido industrial português, pois que Vale de Cambra não é só de hoje; antigamente as grandes indústrias foram feitas por pessoas com a 4^a, 5^a e 6^a classe que também já existiram; no princípio do século haviam em Vale de Cambra, escolas que já davam a 6^a classe; hoje, certamente temos mais analfabetos do que tínhamos há 10 anos, se calhar tem menos produtividade do que tínhamos há 20 ou 30 anos porque vemos o país cada vez a decrescer mais, em termos de produtividade. Ao nível Europeu, vemos Portugal a definhar e a exportar o que melhor têm, que é a mão-de-obra; a mão-de-obra é a coisa mais rica que nós temos, são as pessoas o maior bem que nós temos no nosso concelho; não as devíamos deixar sair, criando-lhes condições dignas em Vale de Cambra, para que isso não aconteça. Fala em 3 factores que para si são

primordiais, que são o factor humano – Homem que deve estar como primeira meta a atingir dos serviços da Autarquia. Ao falar do Homem, inclui o Homem na sua totalidade quer a nível familiar quer a nível individual, como pessoa humana que deve ser tratada como tal e para isso, a autarquia tem de estar ao serviço da sua população. Não pode admitir a um Valecambrense que órgãos instituídos e eleitos pelo povo sejam só para servir politicamente o PSD, neste caso; que a Folha Municipal, seja utilizada única e simplesmente para fazer política partidária; que a Folha Municipal tem que ter lá um espaço para dedicação ao pessoal do PS, ao pessoal do CDS, que também foram eleitos pelo povo de Vale de Cambra e que também contribuem e pagam efectivamente os custos dessa Folha Informativa. Acha que todos querem contribuir para o bem. -----

Pediu desculpa, se por vezes as suas palavras não são usadas nos termos mais correctos em termos de cortesia mas, a política às vezes é dura e tem que ser dura senão também não é admissível. Acrescentou que se deve ser exigente e que a exigência faz parte da vida, pois se não formos exigentes, vamos pelo mal e cada vez pior. Apela, de uma forma simples mas humana, para a consciência dos que fazem parte da Câmara Municipal, pois já ouviu os vereadores do CDS dizer que, por vezes, os dados para as reuniões só lhes são facultados em cima destas ou praticamente nem são facultados e portanto, os assuntos não são discutidos; para que as propostas da oposição não sejam votadas e ganhem, mas que efectivamente, haja reparos a fazer, haja atitudes a tomar que porventura possam ajudar a uma melhor solução e a uma melhorar a situação no futuro. -----

Pede que a Câmara Municipal e o Exmº Presidente, fundamentalmente, tomem atenção relativamente à pessoa humana; apelou para a manutenção das vias e dos edifícios municipais pois o património é de Vale de Cambra, não é da Câmara Municipal. -----

Continuando a sua intervenção põe em causa a fiscalização das obras uma vez que há obras mal executadas. Disse que há um muro em Fuste que já caiu duas vezes, uma obra da Câmara Municipal e que está ainda no chão, não sabendo quem foram os empreiteiros mas que há obras mal feitas e há a consciência disso. Viu por seus próprios olhos serem feitas obras que nem no século XIX se faziam e hoje com a tecnologia e equipamentos e a formação que deveria haver, estas são mal executadas; não se vêem caixas de saneamento que estejam niveladas mais parecendo que andamos aos altos e baixos como quem anda nas carroças do século XVII. Pede que haja uma fiscalização efectiva e responsável pois o dinheiro é do povo, é ele que o paga e não se admite que as taxas municipais para tudo e para qualquer coisa atinjam os valores que têm, efectivamente exagerado para as possibilidades da população de Vale de Cambra. -----

Sobre o Plano de Expansão Sul disse que vemos planos e não fazemos contas; disse ter feito vários estudos económicos e não há ninguém que consiga construir ali um edifício economicamente rentável, uma vez que as taxas municipais que recaem sobre os terrenos e sobre as construções que possivelmente poderiam ser feitas, são de tal ordem, que é impossível que alguém minimamente correcto em termos económicos desenvolva qualquer actividade de índole construtiva e de forma que a mesma seja rentável.-----

Sobre o centro de Vale de Cambra, refere que se está a cavar um fosso e que por mais estudos económicos que se façam, aquilo vai ser um “chupa chupa”, (pede desculpa pelo termo), das finanças da Câmara Municipal ou então, o comércio local vende o seu comércio e sai dali, porque é impossível manter-se. Que é notória a manifestação e o pesar de alguns dos comerciantes do centro que está

2009.12.28

a morrer; pede a atenção do Sr. Presidente para o que tem sido feito menos rigoroso e que deveria certamente ainda ser possível corrigir. -----

Por último referencia que quem vê o Plano de Actividades e Orçamento previsto, verifica efectivamente, uma clara mistificação de factos, podendo a Câmara Municipal ter certamente problemas de gestão séria e defensora do futuro das populações de Vale de Cambra.-----

No uso da palavra, o Senhor Dr. António Paulo Soares Barbosa agradeceu a oportunidade que os deputados municipais dão ao grupo Municipal do PSD, para referir duas ou três considerações, sendo a primeira relativa à forma como foi eleita a mesa da Assembleia Municipal e, como todos estavam presentes e votaram, dizer que a observação é descabida de propósito de local e de qualquer fundamento legal. Que relativamente à história das eleições autárquicas que foi profusamente ilustrada com considerações de que o PSD perdeu e o CDS ganhou, pois com certeza que houve oportunidades em que o CDS perdeu e o PSD ganhou, mas não obstante ser constituída em algumas listas por elementos independentes, foi sempre o PSD que teve em traços gerais, maior protagonismo e conforme o livro em que está descrita a história autárquica do PSD em Vale de Cambra, o PSD teve claramente uma superioridade não só em termos de mandatos, como também, em termos de obra, porque pelo menos em dois mandatos em que o Sr. António Gomes esteve envolvido muito proximamente do elenco executivo e portanto tomou conhecimento directo de como se pensa e como se faz obra em Vale de Cambra, teremos de considerar que de facto, a obra feita pelos elencos autárquicos do PSD é inquestionável e, incomparável. Disse que além disso, trouxe também aqui considerações de teor, de obras sobre as quais não se vai pronunciar por causa de não saber qual é a responsabilidade autárquica; disse não ser essa a sua função; que será a de defender questões de

2009.12.28

carácter político do partido e para as questões das obras, com certeza o Sr. Presidente da Câmara teria tempo e oportunidade para se defender. Referiu que os termos usados não foram os adequados -----

Disse que todos nós podemos mudar de opinião política, todos nós e portanto as pessoas que assim o fizeram, quer tenha sido do CDS para o PSD, quer tenha sido do PSD para o PS ou para o CDS, isso era natural, faz parte da democracia; as pessoas mudam de opinião, adquirem melhor conhecimento das coisas, portanto, era um acto natural que em sua opinião não deveria ser criticado. O que tinha de ser reconhecido, era que, não obstante as pessoas mudarem de partido, as populações que são o garante da democracia, reconhecerem que essas pessoas continuam a ter valor não obstante terem mudado de partido e portanto aí se vê o valor de cada um e não se vê o valor de cada partido. Relativamente a outras questões que foram aqui afloradas, nomeadamente a questão do CDS nesta Assembleia Municipal, pois o PSD e toda a comunidade Valecambrense espera do CDS como espera do PS, uma actuação digna, uma actuação de representatividade das pessoas que os elegeram. Refere que a oposição não pode esperar que o PSD, de certa forma inverta os seus princípios para não apoiar o programa do executivo ou para votar contra o programa do executivo; também não seria uma posição muito digna para o PSD. O que tinham que fazer era de facto sustentar a posição que o executivo camarário trás a esta Assembleia. Não tinham que prever obras nem tinham que fazer contas, tinham que dar justificação das obras que o elenco camarário fazia. A sua função, grupo municipal do PSD era sustentar, era defender, era garantir que a Câmara Municipal governasse como prevê o seu programa eleitoral. Reconheceu que tanto o PS como o CDS têm uma posição antagónica e que era por isso que estavam cá todos eleitos.-----

No uso da palavra, o Senhor Jorge Tavares da Costa defendeu a construção do wc na Praça de S. Pedro, porque tem lá um Posto de Gastronomia e Turismo, e tanto o Sr. Eng. Brandão como o Sr. Delegado de Saúde informaram que, para o Posto funcionar, tinha que ter umas casas de banho e estando estas construídas onde estão, impede que se tenham de construir outras dentro deste. Refere que existiam umas casas de banho que, se formos ainda hoje fazer uma recolha sobre quantas pessoas em S. Pedro de Castelões sabem que existiam umas casas de banho na Praça de S. Pedro, se calhar 99% não sabem, porque elas nunca foram funcionais; tinham uma rampa de acesso enorme e as pessoas idosas, os deficientes e mesmo alguns novos nem sequer lá podiam ir. Eram um perigo para as crianças que brincavam na Praça porque era de uma profundidade enorme. As fotografias das ditas casas de banho existem e podem ser vistas nos computadores da Junta; eram um covil de droga e de prostituição e partir do momento em que foram fechadas, deixou de existir a droga e a prostituição na Praça de S. Pedro de Castelões. Pede ao Sr. Presidente para não deixar de fazer as obras na Praça de S. Pedro tal como o previsto multi-usos e o mais depressa possível, porque o povo de S. Pedro de Castelões não lhe perdoa. -----

No uso da palavra, o Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva referiu, quanto aos *placards* da campanha, que a empresa responsável ainda não os retirou e têm estado a encetar contactos com esta, para que o faça, o mais depressa possível. - Pretende nesta intervenção falar sobre a última Assembleia Municipal, principalmente sobre a proposta que o Partido Socialista fez quanto à derrama porque tinha a ideia de que a Assembleia Municipal tem poder deliberativo, perante algumas posições da Câmara Municipal. Nessa altura foram informados que não poderiam alterar os valores da derrama e assim ficou, por inexperiência da sua parte e acredita também, que por um pouco de inexperiência por parte do

Sr. Presidente da Assembleia. Entretanto, verificou na Lei nº5-A/2002, artº 53 – nº2 f) que compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, “fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos; bem como autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, de acordo com a lei”. Já o nº6 do referido artigo, refere que a proposta apresentada pela Câmara, referente às alíneas b) c) e n) nº2, - não confere a alínea f) - não pode ser alterada pela Assembleia Municipal e carece de devida fundamentação quando rejeitada mas, a Câmara deve acolher sugestões feitas pela Assembleia quando devidamente fundamentadas, salvo se aquelas enfermarem de previsões de factos que possam ser considerados ilegais. Refere que a proposta colocada na mesa e entregue nesse dia para alteração do valor deveria ter sido discutida. Deixou esta ressalva e a promessa de estar mais atento, pedindo também à própria mesa que esteja mais atenta.-----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que em relação ao que o Dr. João Pedro acabou de dizer, que na altura decidiu não discutir a proposta da bancada Socialista, porque havendo uma proposta da Câmara em discussão, nesta foram discutidas todas as outras e caso fossem a votação, sendo a proposta da Câmara aprovada, todas as outras ficariam prejudicadas.-----

No uso da palavra, o Senhor António Gomes referiu que não quis de maneira nenhuma estar a denegrir pessoas, nem mandatos, nem coisa do género, que são todos valecambrenses e estão ali precisamente por isso. Explica que só fez uma resenha da monografia de Vale de Cambra donde retirou a informação explanada querendo dizer que quer queiramos quer não, foi o Sr. Presidente da Câmara, o único que ganhou as eleições como PSD, nas duas eleições; que nas

2009.12.28

eleições anteriores viu muitos elementos, uns efectivamente PSD, que perderam as eleições, outros viu, o Sr. Fulano de tal, PSD independente, sendo isso que quis chamar a atenção, não quis ferir a sensibilidade de ninguém, afirmando que desde o *25 de Abril*, nunca tinha visto um elemento aqui em Vale de Cambra, ganhar umas eleições ao CDS. Referiu que respeita a ideia do Sr. Presidente da Junta de S.P. Castelões, porque ele enquanto Presidente da Junta, tem de defender os interesses da freguesia e aconselhando qualquer um da Assembleia, a ver as casas de banho, verificando assim que não estão no sítio ideal; que havia muitos mais sítios para fazer as casas de banho, que era uma obra digna da Câmara mas, não era naquele local que só vai dar para a entrada de uma senhora e de um homem ao mesmo tempo porque só pode lá estar uma pessoa de cada vez, quando os outros eram muito maiores, mas não é isso que está em causa, o facto é que não está no local adequado. Também chamou a atenção o local porque de hoje para amanhã, se quiser fazer uma obra num terreno seu, pode não fazer qualquer recuo, já não diz do meio da estrada mas do passeio, uma vez que existe uma obra na Praça Pública de S. Pedro de Castelões, em cima da estrada e de um passeio e não recuou. Disse que a lei para os cidadãos é uma e para a Câmara Municipal é outra. Termina dizendo existe no Centro Social um desenho de como a antiga Praça de S. Pedro de Castelões era bonita.-

No uso da palavra, o Senhor Albano de Oliveira Braga fez somente um reparo relativamente ao uso do telemóvel pelo Sr. Presidente, tendo em conta que não é a primeira vez que atende o telemóvel ou está ao telemóvel durante as Sessões, não achando isso correcto.-----

No uso da palavra, o Senhor Dr. António Paulo Soares Barbosa informou que após conversa com o Engº Aníbal Moreira da Costa e com o Dr. João Silva, o grupo municipal do PSD propõe, juntamente com os outros grupos municipais, um

voto de pesar pelo falecimento do pai do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Manifestam, assim, por unanimidade o voto de pesar pelo falecimento do pai do Sr. Presidente da Assembleia.-----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia agradeceu em seu nome e em nome da sua família, todo o carinho e apoio demonstrados por todos os elementos da Assembleia, todas as bancadas, e Câmara Municipal.-----

No uso da palavra, o Senhor Rogério Brandão dos Santos esclareceu a todos os membros da Assembleia e Presidentes de Junta que, Vale de Cambra só tem problemas políticos. Que se deve fazer campanha até à maré da campanha e a partir da campanha se deve trabalhar para o bem de Vale de Cambra. Disse ter sido assim que fez em Cepelos e que é assim que deve ser feito em Vale de Cambra, não é uns para trás e uns para a frente, uns concordarem, outros não concordarem. Que as pessoas dêem ideias, que apareçam nas freguesias na hora certa para dar ideias, pois vê somente os candidatos que se candidatam uma vez de quatro em quatro anos ou de oito em oito anos aparecerem quando são convidados ou quando é na maré da campanha. Quando os presidentes de Junta precisavam dessas pessoas, elas estavam na terra delas, em casa delas, nos gabinetes, não se sabe onde, não precisando assim, os presidentes de Junta dessas pessoas para nada. Disse que os candidatos precisam, quer percam quer ganhem, que acompanhem os Presidentes de Junta nos quatro anos e que é para isso que estes dão o corpo ao manifesto, dão o suor, às vezes contra a sua vontade mas para fazer a vontade; ganhando ou perdendo e não pondo isso em causa, pois mesmo perdendo, como já lhe aconteceu, fez uma grande obra estando na oposição, que se alguém quisesse tomar conhecimento disso que fosse a Cepelos ver, que falasse com o Sr. David que era o antigo Presidente de Junta. Acrescentou que nunca foi contra ele e o que estes não podiam fazer, ele fazia e

foi assim que ganhou as eleições e que é assim que elas são ganhas em todo o lado, com trabalho, não com política, não a dizer mal, não a criticar; que é aparecendo todos na hora exacta e não quando precisam aparecer dando assim a cara só de quatro em quatro anos pois sendo assim não precisam dos políticos para nada. -----

Alguns dos presentes manifestaram concordância, aplaudindo.-----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia apresentou dois assuntos à discussão sendo o primeiro sobre o Regimento, que será agendado para a próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal, a realizar em Fevereiro, sugerindo à Assembleia, que cada grupo traga as propostas de alteração de aperfeiçoamento do Regimento ou então fossem nomeadas três pessoas que em conjunto fariam as alterações necessárias.-----

Após alguma troca de ideias entre as bancadas, concordou-se com a constituição de uma Comissão constituída pelos representantes das bancadas, que apresentará a proposta a agendar e apreciar na próxima reunião da Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente da Assembleia refere ainda que recebeu uma proposta do Sr. Albano Braga que passa a ler: “Acreditando que estão todos de acordo, proponho um louvor profissional ao funcionário desta autarquia Sr. Engº Pedro Manuel de Almeida Valente, pelo elevado nível de competência profissional, dedicação à causa pública, e sentido de dever, competência, disponibilidade, brio profissional e espírito de equipa que soube demonstrar no exercício das funções que lhe estavam cometidas, qualidades a realçar publicamente.” E propõe a sua discussão.-----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara referindo que, independentemente do que se ia fazer em relação a esta proposta pedia para falar antes disso, porque,

2009.12.28

independentemente da legalidade ou ilegalidade da decisão que vier a ser tomada, a sua intervenção pode ser esclarecedora.-----

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara

Municipal que começou por cumprimentar a mesa e todos os membros da Assembleia, bem como jornalistas e todos os presentes. Após fazer referencia ao adiantado da hora, face à duração do período de antes da ordem do dia, passou a responder às questões postas pelos membros da Assembleia. Disse que os senhores membros têm todo direito de pôr todas as questões, independentemente de concordar ou não com elas. Referiu que a sua intervenção quase que ficou prejudicada pela intervenção do Sr. Rogério Santos, Presidente da Junta de Cepelos, porque ele com a sua simplicidade disse muito do que provavelmente iria dizer. Respondeu ao Sr. António Gomes, que não andava numas “andas” mas que no dia das eleições estava em cima de uma mesa, cá fora, a fazer o discurso de vitória, à qual teve de subir para ser ouvido pelo povo. Nesse discurso disse que as suas listas tiveram uma vitória muito bonita e que as eleições acabavam ali, que acabavam as disputas entre os partidos e que iam todos tentar construir um concelho cada vez mais e melhor. Parece-lhe que essas eleições de 11 de Outubro e o seu resultado ainda estão presentes em todas as intervenções que foram feitas e independentemente do tom de voz utilizado, isso não lhes dá nem mais nem menos seriedade, nem o que dizem obviamente constitui lei. Nos quatro anos em que estará à frente a Autarquia respeitará todas as opiniões, o que não significa que tenha que estar obrigatoriamente de acordo com elas. Tentará responder às questões levantadas. -----

Sobre a afirmação de que o povo de Vale de Cambra lhe mostrou um cartão amarelo, contrapôs que o povo de Vale de Cambra, pela segunda vez consecutiva lhe mostrou um cartão bem verde o que lhe dá alegria e ânimo. Pela

segunda vez obteve maioria absoluta, coisa que ainda ninguém tinha conseguido. Nos mandatos das Juntas de Freguesia, as suas listas ganharam mais de dois terços dos mandatos, obtendo na Assembleia Municipal a maioria absoluta. Acrescenta que ele próprio obteve mais votos do que há quatro anos atrás. Disse que não se importava de receber muitos desses cartões, porque são daqueles cartões que lhe encham a alma. Sobre o seu slogan, “nós cumprimos” disse que era um Presidente de palavra, que gostaria de cumprir sempre com a sua palavra. Está neste momento a traçar os objectivos da Câmara para os próximos quatro anos, com o apoio a Empresa Significado e a trabalhar com uma candidatura europeia para se cumprirem com os objectivos do SIADAP e, com isso, levar por diante o trabalho que tem desenvolvido. Deu a esta empresa o documento da campanha transmitindo-lhe que aquele era o seu manifesto eleitoral, sufragado pelo povo e que o seu conteúdo devia ser desdobrado de modo a que o seu cumprimento fosse respeitado e concretizado. Acrescentou que esta era a sua maneira de gerir e pensar esta Autarquia. Entende que os autarcas, aqueles que directamente lidam com as pessoas, são aqueles que têm de dar o melhor exemplo às pessoas porque são quem dá a cara, são quem fala com elas constantemente, diariamente. Refere que os Presidentes de Junta, em todos os locais onde estão a trabalhar, recebem sempre as pessoas, falam com elas e obviamente quer eles quer ele, não gostam de ser abordados na rua por uma pessoa a dizer-lhes cara a cara, que “o senhor é mentiroso porque prometeu isto e aquilo e não cumpriu”. Contrapõe que com ele dificilmente isso irá acontecer. Em relação às questões urbanísticas, o que refere que se o seu grande crime, no último mandato foi estar a fazer um investimento de trinta e três mil euros em S. Pedro de Castelões; nem que fosse mau não era comprometedor da sua gestão autárquica e que antes de fazer qualquer obra pensam e repensam e que tem

tentado que as obras não falhem, e dá o exemplo dos japoneses que demoram sessenta e seis virgula seis por cento do tempo a planear a obra para depois a executarem em trinta e três virgula três por cento. Refere que o que os levou a fazer o WC foi o facto de antes existirem uns que possuíam uma rampa anti-regulamentar, uma rampa suicida, com uma inclinação de tal maneira grave que quem fosse ao quarto de banho mesmo que não fosse uma pessoa idosa, só puxada por uma corda é que conseguia sair de lá. Disse que a alternativa era colocar um elevador ou diminuir a rampa. Diminuir a rampa, destruía a Praça, porque o comprimento que tinham de ganhar era destruidor daquela Praça; e o elevador era muito caro. Então a opção foi tapar as anteriores casa de banho, com uma parede, continuando estes lá mas inutilizados e, fazer umas novas casas de banho que servem de apoio à estrutura que o Presidente da Junta de Freguesia falou bem como toda a população que naquele largo de festas e de grandes convívios necessitem.-----

Quanto às águas da chuva na Estrada Nacional 328, informa que várias vezes apresentou essa situação aos responsáveis da EP. Teve uma reunião há dias com o novo Director Regional do Porto e lhe transmitiu uma vez mais, essa preocupação, bem como o interesse na desclassificação entre a rotunda de Malhundes e o café Bela Vista, ou seja, do km zero ao km dois ponto um.-----

Sobre a acusação da falta do rail na curva onde morreu um jovem responde que, a morte do jovem chocou a todos, mas que não foi devido à inexistência do rail pois foi um poste que provavelmente provocou a sua morte, considerando a acusação totalmente descabida.-----

Em relação às questões postas pelo Sr. Albano Braga, respondeu que em relação aos documentos solicitados à Assembleia não lhe compete responder, mas que gostaria que a bancada do CDS, neste caso, que foi a única que pôs questões por

2009.12.28

escrito, pudesse coordenar esses pedidos, porque são solicitados os mesmos dados dentro da mesma bancada por mais de um dos seus membros. Sendo estes dados públicos, podem estes ser consultados ou serem fornecidos através de uma pen para poupar papel.-----

Quanto à definição do Vice-Presidente da Câmara, refere que é o Presidente da Câmara, tem três vereadores a tempo inteiro ali presentes, tem mais três vereadores em regime de não permanência e a vice-presidência é da sua responsabilidade, não sendo obrigado a ter um vice-presidente. Informa que irá tê-lo quando assim o entender, que não é por aí que a Câmara vai funcionar melhor ou pior.-----

Em relação à questão do Engº Pedro Valente, um jovem técnico da Câmara Municipal, disse que não é verdade que foi despromovido. Ele era chefe da DSUA – Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente e que a nomeação em Comissão de Serviço como chefe de Divisão terminara no dia um de Dezembro deste ano. A nomeação é que deixava de ser válida e este passava a ser Técnico Superior desta Câmara referiu ainda que não o voltou a nomear chefe de Divisão porque a Assembleia anterior e a Câmara Municipal já aprovaram, e está a decorrer todo o processo para uma, a parceria público/privada de águas e saneamento. Relativamente a este processo, informa que vamos procurar um parceiro para ficar a explorar quarenta e nove por cento da empresa e que a Câmara fica com cinquenta e um por cento; que a Câmara não vai vender nada, apenas criou uma empresa que se chama Águas do Caima, EEM da qual é Presidente do Conselho de Administração e essa empresa tem capitais da Câmara e vai gerir as águas e saneamento, inclusivamente, a candidaturas ao QREN. Disse que os funcionários da Câmara Municipal podem se assim o entenderem, passar para essa empresa sem perda de nenhuma das regalias, ou continuam afectos na mesma à Câmara

2009.12.28

Municipal sendo readaptados a outras funções. Por essa razão não nomeou o Engº Pedro Valente por mais três anos para não o destituir daqui a meio ano e com isso ter de pagar uns milhares de euros de indemnização. Entretanto, a DSUA e DOMM estão a ser geridas ou coordenadas pela Eng.^a Helena Bastos, com a obrigatoriedade de no prazo de 60 dias abrir um concurso para Chefe de Divisão desta nova estrutura e que o Sr. Engº Pedro Valente, como outro técnico habilitado qualquer do continente pode concorrer para essa chefia.-----

Quanto à zona Industrial Lordelo-Codal, esclarece que foi uma empreitada feita e concluída tal como estava no Caderno de Encargos. Só que essa empreitada só tinha águas pluviais na própria estrada, que tem alguns metros de largura, e tinha uma rede de águas pluviais de um lado e outra rede do outro, para servir a própria estrada. Como a obra demorou muito tempo e o terreno está todo terraplanado, a muita chuva que tem caído, arrastou lamas para os terrenos vizinhos e então por administração directa, já depois da empreitada fechada, foi colocada dentro dos lotes a rede de águas pluviais para apanharmos a água dentro dos próprios lotes. Em em cada lote deixamos uma caixa para que, quando os proprietários fizerem as suas fábricas e pavimentarem, já terem a rede de águas pluviais toda feita, não vindo a água para a estrada.-----

Quanto ao muro feito aquando da reparação da estrada para Lordelo, quem vira para a ADAUTA e que caiu, informou que este tinha sido feito em cima do já existente e que este último não aguentou, caindo. Após o sucedido, notificou o empreiteiro que recorreu a advogados para se recusar à reconstrução. A Câmara teve de fazer o mesmo e procedeu ao levantamento do muro por administração directa, accionando as garantias bancárias do empreiteiro. Sendo assim, o dinheiro que se está a gastar é do próprio empreiteiro.-----

Sobre a descida do IMI, feita pela Câmara de S. João da Madeira, refere que esta história é caricata, porque esta ainda vai ter de o baixar muito para chegar aos nossos índices. Em dois mil e oito baixou cinco por cento e em dois mil e nove baixou cinco por cento mas ainda lhe faltam mais cinco anos a este ritmo para chegar ao nosso escalão, porque eles estavam no máximo. Têm neste momento as taxas zero ponto oito para os rústicos, zero ponto seiscentos e sessenta e cinco para os prédios urbanos mais antigos e zero ponto trinta e oito para os outros, estando por isso ainda longe dos nossos escalões.-----

Em relação ao aparte relativo ao facto de atender o telemóvel durante as sessões disse que fez uma chamada para o Presidente da Câmara de S. João da Madeira para confirmar a questão do IMI, pois gosta de falar de valores com clareza e garante que só em caso de urgência se desloca ao exterior para uso do telemóvel.-----

Sobre a condenação da Câmara Municipal em pagar seis vezes mais do que os três euros e quinze cêntimos que propôs no Parque Urbano, informa que isso não é verdade, que as informações explanadas não são verdadeiras.-----

Face à intervenção do Sr. Sousa, em relação a Macieira de Cambra à Pena, refere que não a entende, uma vez que já se encontra a ser executado o alargamento e posteriormente se fará a pavimentação. Quanto ao troço da ponte até à Pena, a única coisa que se vai fazer é pôr alcatrão, não se justificando o alargamento. Quanto à estrada de Macieira de Cambra até Pedre e também até Porto Novo, informa que concorda com a observação relativa ao seu estado e que já tinha o projecto mais ou menos elaborado, mas que ainda não sabe se poderá ser concretizada num curto espaço de tempo porque depende também da vontade dos proprietários dos terrenos, que são muitos, tendo-se já, iniciado os contactos com esses proprietários, com colaboração do Sr. Rogério Batista.

Sobre o entulho na estrada que vai da Raposeira até ao Outeiro, disse que era verdade e que também havia desde os balneários até ao fim do campo de futebol, e que teve de ser arrumado. As pessoas e até a própria Junta de Freguesia põem lá entulho nessa estrada que fica um pouco escondida. Sobre o saneamento em Malhundes informou que existe a intenção de prolongar o Emissário desde a Ponte de Malhundes até ao lugar de Malhundes, que ficará com uma cota bem melhor e será mais barato, e tal como foi feito a jusante, fazer daí as derivações.--

Sobre a intervenção do Engº Aníbal Moreira da Costa, disse que este já teve grandes responsabilidades camarárias, e que certamente sabe e também compreende que qualquer pessoa que está no executivo tenta sempre fazer o melhor pelo nosso Concelho. Disse que concordava com a teoria de que as maiorias absolutas podem ser más, mas que são boas quando bem geridas. Refere que já fez parte da Câmara em minoria e já fez parte da Câmara em maioria e que se for ver as actas da reuniões da Câmara, não haverá muita diferença na aprovação de todas as questões, quer num caso quer noutro. Ou seja, praticamente nos dois casos, uma grande percentagem das deliberações são por unanimidade, pois normalmente é assim que as Câmaras funcionam e está em crer que esta aqui irá trabalhar nesses moldes. Pelo menos tem sido essa a abertura que têm dado a todo elenco, para que possa estudar os assuntos com a devida antecedência e fazer propostas. Reforça a explanação dizendo que já concordaram e aprovaram neste mandato propostas feitas pelo CDS como por exemplo, no dia das reuniões camarárias, tendo passado de 2ª feira para 3ª feira; uma outra teve como base a aprovação de um inquérito público antes de atender a um pedido da junta de Freguesia de Cepelos, sobre a utilização ou não do rótulo da “Casa da Tulha” por um produtor de vinhos.-----

2009.12.28

Sobre a discussão em Assembleia dos assuntos já assumidos pelo PSD e sobre o que se possa dizer sobre estes por quem quer que seja nesta Assembleia, uma vez que o executivo tem a maioria. Disse que sempre estará aberto ao melhor debate para que as decisões e conclusões possam ser as melhores e recolher o maior consenso na própria Assembleia.-----

Refere que o bom senso também impera sempre nas suas actuações, gostará sempre de ouvir outras opiniões, tal como refere na sua intervenção o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa.-----

Sobre as observações feitas ao tecido empresarial e às habilitações literárias de grande parte dos industriais de Vale de Cambra disse que Vale de Cambra viveu sob um tecido empresarial muito forte e dinâmico mas a uma dada altura teve de acordar e teve de tentar avançar para zonas industriais de modo a para fixar os seus industriais porque havia resposta noutros concelhos e nós não a tínhamos. Confirmou que, apesar de tarde, as zonas industriais ainda foram criadas a tempo, conforme balanço já feito, que nos permitiu ir buscar novamente muitas dessas empresas que saíram e que estão a regressar a Vale de Cambra. Algumas delas com indústrias totalmente novas, quase acabadas de serem inauguradas, como por exemplo, a CATARI, que tem umas instalações de milhões de euros na zona de Arouca, excelentes instalações na zona de Estarreja e está agora a construir uma grande indústria em Vale de Cambra, onde ficará a sede e as outras serão para armazéns. Sobre a saída dos jovens de Vale de Cambra, disse que os motivos não podem estar relacionados com a falta de oportunidade pois somos um Concelho que vende lotes desde um euro a trinta e três euro o metro quadrado e agora, na zona industrial de Lordelo/Codal, por cinquenta euros por metro quadrado. Temos lotes para todas as possibilidades, bem estruturados, com toda a qualidade e com isso estamos a cativar gente para o nosso concelho.

Sobre o tecido empresarial, afirmou que estão atentos e que se orgulham do trabalho feito a este nível, pois a fórmula usada na Zona Industrial do Rossio em que a Câmara foi parceira, em que ficou com metade dos terrenos e devolveu a outra metade em lotes estruturados, não investindo muito dinheiro e ganhando muitos milhões de euros com a venda da outra metade do terreno. Afirma ainda que está plenamente de acordo com a ideia de que devíamos criar condições para que os nossos jovens não saiam de Vale de Cambra e que estão a tomar todas as medidas, tendo já relatórios prontos para perceber porque é que isso está a acontecer. Refere ainda que não é fácil, que não há um Aladino que deixa cair a candeia e descobre a fórmula; que isto se faz passo a passo e acha que lá chegaremos e, obviamente que vamos tentar fixar e ajudar o maior número de jovens, inclusivamente com a criação da Incubadora, que foi uma ideia que lançou, tendo conseguido já o dinheiro para a execução das próprias instalações, para depois as ceder a esses jovens empreendedores.-----

Disse que tentam remeter as informações a tempo e horas. A título de exemplo mencionou que os vereadores recebem os documentos na 5ª feira, salvo raras exceções de um documento ou outro, e que até o Dr. Miguel Paiva, na sua despedida como Autarca, deu os parabéns por sempre termos dado toda a informação possível.-----

Relativamente à manutenção das vias e dos edifícios, informa que têm andado a pôr alcatrão e que Vale de Cambra tem 1000 Km de estradas alcatroadas. Manter 1000 Km de estradas em bom estado, com a receita que a Autarquia está a arrecadar, não é fácil. Quanto aos edifícios concorda que estão sem dúvida nenhuma a passar os dez, quinze anos e muitos deles estão a precisar de intervenção, que é o que vão fazer no próximo ano.-----

Quanto ao muro em Fuste que caiu duas vezes, informa que o empreiteiro faliu e que estamos com um processo de levantamento das garantias bancárias; que já temos o dinheiro, agora só falta abrir concurso para o reconstruir. Disse que o empreiteiro Cabral e Filhos, durante muitos anos, fez muitos serviços em Vale de Cambra e bem feitos; que no início do seu mandato há 8 anos, este estava numa fase terminal de falência e que quando isso acontece não há fiscalização que resista. Dão-se estes problemas que são chatos e a Câmara teve que accionar as garantias bancárias. Pede ainda à Assembleia que veja as actas de outros tempos e que diga quem é que teve coragem de levantar garantias bancárias, com todas as consequências que acarreta para o próprio empreiteiro.-----

Sobre as taxas do Plano de Expansão Sul, informa que neste plano se definiu uma cêrcea de RC e 3 andares e que se fez a limpeza dos terrenos, drenou-se a água até ao rio Viques além da construção das ruas, passeios e todas as infraestruturas. Disse que por essa razão se espera que os proprietários que construirem acima de RC e três andares pagarão as infraestruturas, os que construirem até três andares pagam o licenciamento normal e aos que calhou a a Rotunda ou a estrada recebem daqueles que constroem a mais. Acrescenta que o que torna insuportável este plano é o facto da Câmara ter sido expropriada em terrenos sem frente de construção, por cento e quarenta e nove euros o metro quadrado e após envio de todo o processo para as Finanças, estes terrenos continuam inscritos na matriz predial rústica, tendo os respectivos proprietários uma grande mais valia em cima dos seus terreno, não pagando um tostão por isso uma vez que todos os terrenos continuam agrícolas. Disse ainda que se os terrenos passassem a urbanos já lá estavam muitos prédios porque o que eles iam pagar de IMI os levava a pôr o terreno no mercado.-----

Sobre a obra iniciada no centro da cidade, refere que podia ter adiado o seu início, um ou dois meses, até passar as eleições mas que não o fez porque as decisões são para ser tomadas e Vale de Cambra não passava sem um parque de estacionamento subterrâneo, absolutamente imprescindível com o projecto de regeneração urbana. Informa ainda que o investimento está a ser feito por um privado que vai explorar o Parque durante vinte e cinco anos, findo os quais o devolve à Câmara de Vale de Cambra. Não se considera assim que este venha a ser um sugador de dinheiro pois no investimento total, que é de cinco milhões de euros, a Câmara só entrou com o direito de superfície do terreno cujo valor atribuído por um ROC (Revisor Oficial de Contas) externo à Câmara, foi de cem mil euros que é o valor do capital social da Câmara nessa empresa de capitais maioritariamente privadas. Não foi dado o terreno à empresa, mas sim o direito de superfície avaliado em cem mil euros, conforme avaliação do ROC. A empresa vai explorar o parque subterrâneo e os parâmetros de superfície e ao fim de vinte e cinco anos entrega tudo à Câmara.-----

Em relação à intervenção do Dr. João Silva, disse que apesar de não ter nenhuma questão concreta feita ao executivo esclarece que, quando este faz uma proposta à Assembleia, seja ela qual for, a Assembleia tem o direito de aprovar ou chumbar essa proposta mas não o direito de a alterar, mesmo que o executivo acolha essa proposta de alteração.-----

Podem os seus membros, isso sim, dar sugestões à Câmara Municipal para que esta internamente reveja todas as suas propostas, tire as ilações necessárias à eventual alteração e as re-apresente, se assim o entender à Assembleia Municipal.-----

Na posse da palavra o Sr. Presidente da Assembleia refere que o período de antes da ordem do dia, de acordo com o regimento, não deve durar mais de

2009.12.28

sessenta minutos e que este durou duas horas. Pede para resolver as questões pendentes, prendendo-se a primeira com a proposta do Sr. Albano Braga e que após consulta do staff de apoio à Assembleia, se considera ser da competência da Câmara Municipal, a avaliação dos funcionários; quanto à segunda questão informa que, se a Assembleia Municipal entender proceder à votação desta proposta, não existem meios logísticos para fazer a votação por voto secreto e pretende saber se se mantém a primeira questão e mantendo-se, como vai ser feita a votação, se por voto secreto ou mão no ar. O Sr. Presidente da Assembleia dá então a palavra aos membros das bancadas para se pronunciarem sobre esta questão. -----

No uso da palavra, o Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva, diz ser opinião da sua bancada (PS), que quando é para votar pessoas, seja voto secreto; para opções políticas, são votos de dedo no ar, para pessoas são votos secretos.-----

No uso da palavra, o Senhor Dr. António Paulo Soares Barbosa, diz que o grupo parlamentar do PSD, entende que este voto de louvor é utilizado a despropósito, não sendo a sua intenção premiar a competência do técnico mas a de atacar o Sr. Presidente da Câmara. Refere que as explicações foram dadas e que o Sr. Engº Pedro Valente, que lhe merece consideração pessoal, foi membro da Assembleia, foi Presidente da Comissão Política do PSD e não precisa de favor nenhum para ser “louvado” por esta Assembleia. Refere ainda que no mandato anterior, foi por várias vezes, mimoseado com críticas do mesmo grupo municipal e por conseguinte a bancada do grupo municipal do PSD entende que não está em causa a pessoa do Engº Pedro Valente, mas sim, a proposta de um voto de louvor e que o PSD irá abster-se não tomando uma posição sobre uma avaliação, embora a posição assumida pela bancada seja a de voto de braço no ar, tendo cada um a liberdade de se expressar como entender.-----

No uso da palavra, o Senhor Albano de Oliveira Braga, diz que foi o autor da proposta e que no tempo do Dr. Fonseca, foi autarca pelo PSD e agora é autarca independente pelo CDS, não fazendo fretes nem atacando ninguém e que quando vem ao púlpito, fala com respeito e educação sem querer difamar ninguém e que, se isso algum dia acontecer, as pessoas têm o direito de meter uma acção em Tribunal; continua dizendo que se faltar ao respeito involuntariamente, pedirá desculpa e que quando intervém, o faz porque tem direito a fazer perguntas sobre a acção política. Quanto aos esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente, afirma que ficou satisfeito com uns e outros não e que se tiver de bater palmas, não tem qualquer problema. Realça que esta passagem pela Assembleia Municipal é um momento novo e de aprendizagem, que não sabe tudo. Quanto ao voto, é sua opinião que seja feita de braço no ar.-----

No uso da palavra, o Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva, voltou a usar a palavra, pedindo para que seja consultado o Código do Procedimento Administrativo sobre esta matéria. Disse que o Partido Socialista tem como opinião que o voto de pessoas é por voto secreto, deixando clara a posição do Partido Socialista que os votos de louvor devem ser dados pela entidade patronal e não por qualquer outro elemento da Assembleia; que estão aqui enquanto elementos políticos, num órgão político e não executivo e como tal não podem decidir do direito de quem deve ou não receber um voto de louvor, principalmente quando se trata de um funcionário da Câmara, onde existe um Presidente da Câmara e um executivo camarário. Refere que não defende a posição de ninguém e que em caso de votação, o Partido Socialista se recusa a votar através de braço no ar.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia, disse que face a esta falta de consenso, retira a proposta, não a sujeitando à votação encaminhando-a

para os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, para após análise a trazer à próxima Assembleia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 20 DE

NOVEMBRO DE 2009: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e nove membros, aprovar a acta da sessão extraordinária de vinte de Novembro do ano de dois mil e nove.-----

2. TOMADA DE POSSE DO SENHOR MANUEL DOMINGOS DA COSTA

TAVARES: Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º da Lei 169/99, alterada pela Lei 5-A/2009, foi verificada a identidade e legitimidade do **Senhor Manuel Domingos da Costa Tavares**, eleito para a Assembleia Municipal, pela lista do PPD/PSD, residente na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 133, 3.º Esquerdo, freguesia de Vila Chã, Município de Vale de Cambra, portador do Bilhete de Identidade n.º 981907, emitido em 24.11.1999, pelo Arquivo de Identificação de Aveiro, o qual tomou posse perante o Órgão e participa já da sessão, assinando a respectiva acta conjuntamente com o Senhor Presidente e os Senhores Secretários.-----

Retirou-se da Sessão a Senhora Dra. Célia Maria dos Santos Tavares.-----

3. MAPA DE PESSOAL PARA 2010 - deliberação da Câmara Municipal de

15.12.2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de quinze de Dezembro de dois mil e nove, pela qual submete a aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2010.-----

O Sr. Presidente da Câmara no uso da palavra informou a Assembleia que, com a entrada em vigor de nova legislação em 2008, todos os anos se elabora o Mapa de Pessoal, onde constam todos aqueles que têm vínculo à Câmara Municipal, seja por tempo indeterminado, determinado ou incerto. O Mapa possui

duzentos e quarenta e um funcionários e alguns trabalham para a Câmara Municipal a tempo parcial, ou seja, duas, três e até quatro horas por dia. O mapa tem ainda de prever possíveis admissões, porque se não estiverem previstas não se consegue suprimir a sua falta. Chama a atenção para que não se deve somar duzentos e quarenta e um mais sessenta e um e concluir que a Câmara Municipal no fim de dois mil e dez vai ter trezentos e dois funcionários, o que não será correcto. Relembra que em dois mil e sete o organograma em vigor na Câmara Municipal, tinha duzentos e poucos funcionários e mais quinhentas vagas previstas, e que de quinhentas vagas previstas se passou agora apenas para sessenta e uma. Disse que em cada Divisão existe uma reserva de lugares previsionais para eventuais necessidade, não implicando necessariamente o seu preenchimento. Explica ainda que desde que é Presidente da Câmara, comparando o actual número de funcionários com o de há oito anos atrás, se verifica que este diminuiu de duzentos e sessenta para duzentos e quarenta e um, ou seja, o número de funcionários não tem aumentado porque não têm substituído muitos dos funcionários que vão para a reforma. Sobre o assunto, deixa a nota relativa à presença do STAL que elogiou o comportamento da Câmara e a sua atitude de diálogo e abertura demonstrados com este.-----

O Sr. Presidente da Assembleia pôs à discussão este ponto, passando a palavra aos membros das bancadas:-----

No uso da palavra o Dr. João Pedro Bastos Silva pergunta quantos postos de trabalho vão ser criados por força da nova lei 12-A/2008. Refere a necessidade de uma nota justificativa do Serviço dos Recursos Humanos sobre os postos necessários para garantir o normal funcionamento dos serviços municipais. Refere a justificação dada pelo Sr. Presidente na acta da reunião de Câmara quando aprovaram este Mapa, onde disse que ao longo de muitos anos, muitos

funcionários foram para aposentação e não foram ocupados constatando que estes postos continuam vagos e desapareceram do Mapa totalmente, existindo assim uma lacuna. Considerando o quadro apresentado diz ter algumas questões relativas à criação de lugares de chefes de divisão, que oneram mais a carga da despesa de pessoal. Acha que o momento que atravessamos, em que a despesa do pessoal e da própria Câmara Municipal é excessiva não devíamos tornar essa carga mais pesada com a nomeação de mais dois chefes de divisão pedindo aos serviços dos Recursos Humanos para encontrar uma melhor lógica para fazer a divisão dos sectores dos Recursos Humanos da Câmara Municipal. Afirma que sabem que os chefes de divisão são cargos com uma grande remuneração e fez contas por alto concluindo que a despesa a nível de pessoal da Câmara Municipal poderá ascender a cinquenta mil euros que poderiam ser afectos às juntas de freguesia ou associativismo. Considera que as juntas de freguesia fazem um trabalho já bastante meritório com o parco orçamento que têm e que poderiam obter mais esse apoio financeiro. Pergunta também em que condições serão preenchidos os postos de trabalho a ocupar por seis Técnicos Superiores, referindo que o orçamento e a dívida da Câmara já são elevados e a sua redução deve ser um factor a ter em consideração visto pôr em causa o futuro do Município e a governabilidade desta Câmara Municipal. Acrescenta que, como órgão político, a Assembleia Municipal toma decisões políticas e nesta questão, a Assembleia tem de decidir sobre se aumenta ou diminui a carga orçamental com a despesa em pessoal. Deixa como sugestão, a participação da oposição na elaboração do próximo Mapa de Pessoal, e a realização de um pequeno relatório justificativo dos postos de trabalho aos quais se referem os números existentes no Mapa de Pessoal. Questiona os postos de trabalho criados na área jurídica, uma vez que existem já dois advogados para defender a Câmara na barra do Tribunal,

2009.12.28

e que se se estes não o fazem deviam ser colocados noutra serviço e então serem contratados advogados que efectivamente possam defender a Câmara.-----

No uso da palavra o Dr. António Paulo Soares Barbosa refere que o logotipo da Câmara Municipal diz “Apostar nas pessoas, ganhando o futuro” e que essa ideia, que já vem de alguns anos atrás acompanhando a certificação da qualidade dos serviços prestados pelas pessoas que trabalham na Câmara Municipal, deve ser tida em atenção na avaliação de desempenho pelo mérito e pelas capacidades demonstradas por cada funcionário. Acrescentou que a questão do Mapa de Pessoal deriva de uma imposição legal e que o executivo cumpre de maneira folgada as imposições legais. Quanto às admissões ou progressões entende que, desde que justificadas são sempre passíveis de discussão as razões que levam a admitir A e não B, ou a de um certo número de Técnicos Superiores ou administrativos, podendo todos esses números e todas essas hipóteses serem susceptíveis de análise individual e por isso, criticáveis. Refere ainda que escolher pessoas, implica tomar decisões e neste caso, sobre pessoas mas que a avaliação demonstrada pelo executivo é coerente, séria, rigorosa e actual tendo em conta as necessidades de funcionamento do município, considerando assim as actuais previsões razoáveis face à necessidade de eventuais alterações a efectuar.-----

No uso da palavra o Sr. António Gomes refere que no passado dia 6 de Novembro solicitou, nos termos do artigo 3º.artigo 11º. Artigo 12º. Alínea j) do Regimento desta Assembleia Municipal, os elementos imprescindíveis para poder analisar com responsabilidade este ponto, passando a citar o referido requerimento: “Para os efeitos consignados no artigo 3º, artigo 11º, e artigo 12º alínea j) do Regimento da Assembleia em vigor, rogo a V.Ex.^a para que se digne diligenciar junto da Exm.^a. Câmara Municipal para que me seja fornecido, por

2009.12.28

escrito, os seguintes elementos: Mapa de Pessoal dos Órgãos da Autarquia (nomes e vencimentos); Mapa de Pessoal da Câmara em efectividade de funções nomeadamente por Divisões de Serviços, (nomes e vencimentos); Pessoal avençado a recibos verdes, estagiários ou outros e outro pessoal mesmo provisório ou ocupacional, (nomes e vencimentos); Valores que deverão coincidir com o mencionado nos documentos de Prestação de Contas no início de mandato. Solicito ainda, nos termos do artigo 52º-A, nº. 2 da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, instalações adequadas a fim de melhor poder exercer as competências que são incumbidas nos termos do artigo 53º, da mesma Lei e do artigo 3º do Regimento. Nos termos do artigo 12º alínea I) do Regimento, solicito que me sejam enviadas as actas das Reuniões da Câmara Municipal ou sejam colocadas em lugar a indicar pela Exmª. Câmara Municipal, nas instalações da mesma, bem como o cartão especial de identificação previsto na Lei a que se refere o nº. 3 do mencionado artigo 12º., do Regimento.”-----

Refere que esse requerimento foi feito com a intenção de saber se a Câmara estava na disposição de colaborar com todos os elementos da Assembleia e que só lhe foi dada resposta no momento desta reunião, pelo que não tendo analisado os dados entregues, não se expressará lamentando a atitude tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal ao não colaborar com os direitos que os membros da Assembleia Municipal têm, referindo que o ocorrido poderá ter sido intencional e como forma deste não o defrontar com perguntas incómodas, nomeadamente com os lugares prometidos em campanha, pois que em relação ao ano anterior, o Mapa de Pessoal contém mais 38 postos e trabalho, o que ronda os 25% da actual despesa com pessoal.-----

Face ao exposto e em relação ao Senhor Presidente da Assembleia, disse que este, nos termos Regimentais lhe deveria ter enviado o pedido, lamentando a

atitude que o leva a concluir que embora não seja directamente responsável também não tem colaboração por parte da Câmara Municipal para exercer condignamente as suas funções. Informa que face ao sucedido, não tem alternativa e votará contra a aprovação do Mapa de Pessoal.-----

No uso da palavra o Sr. Engº Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos

refere que não tem dúvidas sobre a necessidade da aprovação anual do Mapa de Pessoal porque há pessoas reformadas ou que saem por outros motivos e que o único ponto que põe em causa é no número de pessoas que são ou não admitidas. Disse que o Senhor Presidente informou que poderá não necessitar dessas pessoas todas e que por conseguinte estes lugares não serão ocupados no Mapa. Contudo, chama a atenção de que existe uma verba que é sempre gasta, no valor de quatrocentos e setenta e um mil quatrocentos e quarenta euros, mesmo que não entrem pessoas. Disse que essa verba, não sendo gasta em recrutamento, se destinará a suportar o encargo com a atribuição dos prémios de desempenho, significando isso que se não for gasta em admissão de pessoas, será gasta em prémios o que, face ao enquadramento económico, não seria correcto. Fala que uma das possibilidades dos nossos jovens, principalmente os licenciados é a de entrar nos serviços público e por isso é sempre bom criar postos de trabalho, havendo no entanto situações nas quais não se revê, sendo esta uma delas, porque daqui a um ano, se não se fizer recrutamento de pessoas, esta verba será para prémios de desempenho.-----

No uso da palavra o Sr. Albano de Oliveira Braga

dizendo que nesta matéria subscreve as palavras do Dr. João Silva, reforçando a ideia da necessidade de um estudo do departamento dos Recursos Humanos, sobre a necessidade das admissões dos técnicos. Pergunta como vai ser constituído o júri de admissão,

quais os requisitos para cada admissão, se não vão haver admissões políticas e qual é o peso da entrevista na admissão dos novos técnicos.-----

Findas as intervenções dos membros das bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara:-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se primeiro à intervenção do Sr. António Gomes, em relação ao atraso na entrega dos documentos, informando que não podiam dar uma resposta que não existia passando a explicar que de quase todas as Câmaras aqui à volta, de Entre Douro e Vouga, somos a única que em 2009, está a discutir o Plano de Actividades e Orçamento para 2010, dizendo a lei que em ano de eleições as Câmaras Municipais podem apresentar o Plano nos três meses subsequentes ao ano imediatamente a seguir na condição de se trabalhar em duodécimos e que, até achava bem, para não se andar a trabalhar quase dia e noite mas que, segundo informação do Chefe da Divisão Financeira, ali presente, seria difícil trabalhar somente com o pessoal que tem no seu Sector e também porque poria em risco fundos comunitários. Sendo assim e tendo alguns funcionários a trabalhar depois da hora de saída, gratuitamente, conseguiu apresentar os documentos, para que a Câmara Municipal não tivesse de trabalhar em duodécimos e acrescenta que foi por isso que se fez esta reunião em cima do fim do ano, pois para além da elaboração do Plano e Orçamento, da definição de objectivos e da preparação do Mapa de Pessoal, ainda houve que preparar o chamado Plano de Prevenção da Corrupção e enviar ao Tribunal de Contas. Vamos apresentar também este Plano dentro dos prazos, ou seja, até ao próximo dia 31 de Dezembro.-----

Quanto à explanação sobre o Mapa de Pessoal, continuou dizendo que tivemos duzentos e sessenta funcionários e agora temos duzentos e quarenta, mas que perto de trinta e quatro funcionários têm agora que constar nesse mapa, por

imposição da lei que proíbe as autarquias de ter trabalhadores a recibo verde, mesmo que alguns trabalhem apenas uma, duas ou três horas por dia. Reafirma novamente que, retirando esses trabalhadores, o Mapa teria somente duzentos e sete trabalhadores. Acrescentou que, por curiosidade, esta lei não se aplicava ao governo, onde se encontram milhares de trabalhadores a recibo verde.-----

Sobre a intervenção do Dr. João Silva respondeu dizendo que a bancada do Partido Socialista defendeu que devíamos despedir trabalhadores e não arranjar mais postos de trabalho e que achou interessante a filosofia, por ser proveniente da bancada partidária que é. Destacou que ultimamente a Câmara e as Juntas de Freguesia têm colmatado a falta de pessoal recorrendo a pessoas integradas no Programa Ocupacional de Emprego (POC), não achando isso correcto, porque se saíram pessoas e os lugares são necessários, têm de se colocar outras.-----

Em relação às verbas para as Juntas de Freguesia informou que vão aumentar este ano em mais cinquenta mil euros os valores a transferir. -----

Sobre a gestão das chefias de Divisão, informa que, das 308 Câmaras que tem o país, da mais pequena à maior, nenhuma teve dois funcionários na Secção de Pessoal dos Recursos Humanos, e que estes precisam urgentemente de administrativos, podendo ainda acontecer que em dois mil e dez ainda se vá receber mais funcionários vindos das escolas. Refere que os Recursos Humanos não podem funcionar sem pessoal e que estes são muito importantes numa Câmara, tendo aceite o desafio de ter neste mandato mais esse pelouro difícilimo, tal como o Financeiro, posição que a maior parte dos Presidentes de Câmara evitam assumir. Continua, dizendo que actualmente, os Recursos Humanos não tratam só de pagar ao pessoal: têm ainda todo o processo de implementação do SIADAP, a segurança e higiene no trabalho, as promoções, a mobilidade interna, entre outras questões. -----

2009.12.28

Sobre os custos com pessoal, acrescenta que as Câmaras Municipais não podem gastar mais do que sessenta por cento das despesas correntes e após verificação juntamente com o chefe da Divisão Financeira chegaram à conclusão que o valor está muitíssimo aquém dos sessenta por cento, situando-se nos trinta e sete por cento.-----

Informou, relativamente ao comentário da existência de dois advogados na Câmara Municipal que somente existe, como advogada, a Dr^a Isabel Mariano e que o Dr. João Silva se deve ter confundido com uma estagiária em Direito, no âmbito dos estágios PEPAL, já terminado. Informa ainda que existe a previsão da admissão de dois advogados e espera que seja cumprida a promessa feita pelo Sr. Primeiro Ministro no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa à abertura de mais lugares para estágios profissionais na Administração Local e que irá aproveitar a medida para a colocação de estagiários na área de Direito e noutras áreas. -----

Esclareceu ainda que estão previstos cinco funcionários na área florestal, porque é obrigatório, é uma exigência legal nas candidaturas que se fazem no âmbito florestal e que são neste momento cinco trabalhadores que ao cabo de três anos terminam o seu vínculo com a Câmara.-----

Quanto à Regeneração Urbana referiu que obrigatoriamente terão de ter três funcionários durante três anos e que o seu vínculo terminará ao cabo desse tempo.-----

Relativamente ao Arquivo Municipal informou que este terá de ter técnicos de arquivo municipal, tanto na área técnica como administrativa.-----

Referiu que o maior número de pessoas existente no Mapa é na categoria de Assistentes Operacionais, porque a Câmara Municipal precisava de trolhas, pedreiros, calceteiros, jardineiros e que sempre que abriam concursos eles têm

ficado desertos. Neste momento só há cinco jardineiros havendo dificuldade em arranjá-los e que o número trinta constante do Mapa dificilmente se concretizaria, dadas as imposições legais para preenchimento das vagas. Comenta que existem muitos técnicos superiores devido a progressões previstas na lei mas o que faltava era pessoal na área administrativa e que estes certamente iriam ser admitidos com regras bem simples, porque não prometeu nada a ninguém na campanha eleitoral. A prova disso é que para a admissão desses funcionários, não vai fazer parte de nenhum júri, nem ele nem ninguém do executivo, para que sejam admitidos somente aqueles candidatos possuidores dos requisitos exigidos e os absolutamente necessários para esta Câmara funcionar.-----

Face à intervenção do Senhor Engenheiro Miguel Matos informou que a verba prevista para o recrutamento e prémios de desempenho ainda será objecto de um despacho interno e que o valor excedente, após todo o recrutamento efectuado durante o ano, será afecto à atribuição de prémios de desempenho mas com condicionalismos. Nem todos irão receber esse prémio monetariamente, pois que os prémios de desempenho poderão ser atribuídos na forma de férias pagas ou de outra natureza, sendo privilegiados aqueles que menos ganham e não o contrário.-----

Conclui dizendo que o preenchimento das vagas do Mapa de Pessoal não foi tema da sua campanha eleitoral e que fazer promessas de entrada na Câmara. Não é acusação que lhe possam fazer.-----

No uso da palavra o Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que a questão relativa ao número de advogados foi um lapso da sua parte, devido talvez ao tamanho de letra do Mapa que confunde e pede desculpa por esse lapso não tendo sido sua intenção, a de atacar ninguém e que aceita a justificação dada pelo Sr. Presidente que devia ter vindo num anexo, como parecer técnico,

poupando tempo na discussão deste ponto, hábito que deveria ser usado em todos os assuntos ali discutidos. Refere ainda que, numa lógica de poupança, os serviços podiam-lhe mandar todos os documentos por e-mail, o que facilitaria a sua análise.-----

Disse que o Senhor Presidente achava sempre que o governo emitia legislação exigindo dados das autarquias locais, com muita urgência e que era uma desgraça, ao que responde que tinham de ser tomadas medidas e que o governo não podia ser culpado se estas só eram tomadas depois dos factos acontecerem precisamente porque não foi exigente no prazo de execução de tais medidas, tal como o Mapa anti-corrupção ou o Plano de emergência das empresas inseridas na Classe A.-----

Quanto aos funcionários que trabalham a recibos verdes, concorda com o Sr. Presidente afirmando que é militante da Juventude Socialista onde possui funções e que são contra os recibos verdes tendo estes de acabar e devendo ser a administração pública a dar o exemplo. Que já foi um começo, a proibição nas autarquias e indústrias e que no governo também há-ser implementada a referida legislação.-----

Informou o Sr. Presidente, face à crítica efectuada relativamente aos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal, que o Partido Socialista não pôs em causa o número de postos de trabalho mas sim, a falta de explicação para o seu aumento, porque apresentando-lhe um Mapa só com números, lhes cabe tomar uma decisão política e se tem de questionar o porquê desses lugares todos, para que a decisão seja tomada de uma forma coerente, reafirmando que a sua ideologia política não deveria ter sido posta em causa, uma vez que iria querer sempre saber a justificação da proposta apresentada independentemente do número de postos de trabalho a criar, porque identifica a sua bancada

responsável cujas decisões serão sempre também tomadas com responsabilidade, pensando no futuro de Vale de Cambra.-----

Referiu que não mudaram a sua matriz política e que apesar do Partido ter na sua bancada gente nova, não mudou a sua matriz que é muito coerente e sabe o que defende, por isso pede ao Sr. Presidente que não questione mais a sua matriz política. Quanto às verbas para as juntas de freguesia referiu que na intervenção somente apelou à distribuição dessas verbas pelas Juntas de Freguesia.-----

No uso da palavra o Senhor Albano de Oliveira Braga referiu que é a primeira vez que pertence à Assembleia Municipal como membro, e que não é perfeito, não sabe tudo ao contrário de outros membros presentes e que se soubesse que não era possível propor o voto de louvor não o teria proposto. Quanto ao Mapa de Pessoal referiu que se levantaram questões devido à falta de um relatório justificativo, estando de acordo quanto a isso, com a bancada do PS, não sendo contra a admissão das pessoas, reestruturação ou modernização administrativa e tecnológica que se faça na Câmara Municipal desde que, justificada através de relatório de suporte a essas alterações enviado a todos os membros antecipadamente.-----

No uso da palavra o Senhor Engº Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos referiu que na sua intervenção, leu efectivamente que a verba remanescente após recrutamento, seria para atribuição de prémios de desempenho, reafirmando que estava escrito o valor limite de quatrocentos e setenta mil euros e que quer fosse em dinheiro quer fosse em férias questionava somente o valor que está destinado a esse ponto.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu que deve ter sido mal interpretado pelo Dr. João Silva pois não questionou a sua matriz política; disse somente que achava interessante a opinião do PS sobre a reposição dos

2009.12.28

funcionários que saíram. Referiu que os organogramas da Câmara foram sempre aprovados por unanimidade. Previam sem exagero mais de 700 funcionários e foram sempre aprovados por unanimidade e que nesta reunião ao apresentarem um Mapa com sessenta deu esta polémica. Quanto ao Plano de prevenção da Corrupção, refere que não está em causa o prazo de sessenta dias, que até podia ser sessenta anos, o que acha é que este não irá resolver a situação.-----

Na lei relativa ao Plano de Emergência Externa, menciona que acha mal, o facto de ter de ser a Câmara Municipal a suportar as despesas com a sua elaboração, usar o dinheiro do erário público, por uma imposição legal desajustada, em sua opinião. E neste momento só temos a COLEP, nessas condições mas que podíamos ter vinte ou trinta e os custos com os Planos seriam da responsabilidade da Câmara Municipal quando deveriam ser do Governo.-----

Respondendo às dúvidas do Sr. Engº Miguel Matos, informa que não é obrigatória ser gasta a verba que está prevista, que só vai ter direito a prémio quem atingir três “Muito Bom” consecutivos nos últimos 3 anos e que esta lei tem quotas. Aos que atingirem esses requisitos será dado o prémio monetário começando pelos que menos recebem e dará o prémio de outra ordem àqueles que já têm um vencimento que se entenda razoável e que não necessitam desse prémio monetário. Poderá também não gastar a verba, fazendo-a transitar de ano.-----

Em relação ao que disse o Sr. Albano Braga, relativamente aos estudos justificativos que deveriam ter sido apresentados juntamente com os Mapas, informou que ouviu todos os seus Chefe de Divisão e que documentos internos de trabalho, comprovadamente como tal, não carecem de apresentação em Assembleia. Disse ainda que os números apresentados inicialmente por todos os chefes era superior ao agora proposto e que estão previstos somente os absolutamente necessários para colmatar as saídas nas diversas divisões.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezassete votos a favor da Bancada do PPD/PSD e oito votos contra da Bancada do CDS/PP, tendo-se absterido da votação a Bancada do PS, aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2010.-----

4. ORÇAMENTO 2010 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010/2013 – deliberação da Câmara Municipal de 15.12.2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de quinze de Dezembro de dois mil e nove pela qual submete a aprovação da Assembleia Municipal os Documentos relativos ao Orçamento para 2010 e as Grandes Opções do Plano para 2010/2013.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara apresentou algumas explicações, contando também com a presença do Chefe da Divisão Financeira, Dr. Rui Valente.-----

Continuou, chamando a atenção para o facto destes importantes documentos de gestão municipal terem que contemplar a candidatura à Regeneração Urbana, que integra um conjunto de obras de grande envergadura e que, estando estas previstas iniciarem-se em meados de dois mil e dez, têm de ser executados nos próximos três anos. Essas obras vão ter um o impacto significativo na imagem da nossa cidade, pelo que conta com a opinião participada de todos os membros desta Assembleia, dos munícipes em geral, das associações e instituições locais, de todas as forças vivas do Concelho. O concurso do Parque Urbano já está em andamento através de um procedimento chamado de concurso por prévia qualificação, que permite fazer-se uma determinada seriação pelas qualidades das empresas concorrentes. Este procedimento permite assim uma melhor escolha das empresas que irão de seguida apresentar as suas propostas, para que não haja surpresas e para termos a certeza de que o Parque irá ser construído por uma empresa de qualidade. Acrescentou ainda que fará parte

desta Regeneração Urbana a recuperação do Edifício dos Paços do Concelho e a Requalificação da Avenida Camilo Tavares de Matos, entre o Bela Vista e a Rotunda do Edifício Municipal. Pretende-se ainda recuperar todo o troço da Avenida Valo do Caima, até à zona de Entre Pontes, para o que há negociações a decorrer com a Estradas de Portugal para que estas vias, que ainda lhe pertencem, passem para o Município. Referiu ser seu entendimento que a complexidade da filosofia destes projectos devem merecer um estudo cuidadoso. Essa Regeneração Urbana nestas vias compreenderá ainda uma intervenção que permitirá a animação da cidade, dotando as ruas de esplanadas e espaços de lazer que possibilitem, por exemplo, a realização de exposições em conjunto com as entidades parceiras, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, a Fundação Ilídio Pinho e a Universidade Católica. Aliás, esta vai desenvolver entre nós um projecto pioneiro tendo em vista a chamada compostagem doméstica, o que nos permitirá poupar na factura dos Resíduos Sólidos Urbanos e melhorar o nosso ambiente.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal continuou destacando ser a Regeneração Urbana, um projecto de grande amplitude. Além dos valores previstos para a candidatura, conseguiu-se também contratualizar com a Área Metropolitana do Porto, um conjunto de outras intervenções ascendendo tudo a cerca de doze milhões e quatrocentos mil euros. Deu como exemplo as vias circundantes do Parque Urbano e respectivas zonas de repouso. Ou seja, disse, estarmos perante um enorme investimento que, como é óbvio, se repercute neste Plano de Actividades e no Orçamento em análise.-----

Mas, o Sr. Presidente da Câmara Municipal referenciou ainda que na Área Social, que tem um significativo peso neste orçamento perante a situação social difícil que se vive, vai avançar com algumas medidas como o “*Programa Câmara*

Amiga” ou “*Câmara Solidária*”, para apoio a idosos carenciados em pequenos arranjos e simples trabalhos; a criação de bolsas de estudo para jovens oriundos de famílias carenciadas, quer sejam do ensino secundário ou superior, em situações que o respectivo Regulamento definirá; a manutenção dos apoios às crianças do 1º e 2º ciclos do ensino básico, já em curso. A Câmara Municipal vai lançar o *Banco Solidário*, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, para apoio às famílias com dificuldades, prestando-lhes ajuda na alimentação. E estão já em curso, acordos de colaboração com as IPSS do Concelho para fornecimento gratuito de refeições a pessoas ou casais que de um momento para o outro se viram no desemprego e não têm condições para se alimentarem condignamente.-----

Depois destes traços gerais orientadores dos documentos em discussão, o Sr. Presidente passou à apresentação de quadros e outros elementos de informação. As receitas correntes de dois mil e nove a dois mil e dez são muito semelhantes. Pagou-se mais a fornecedores, recuperou-se atrasos nos pagamentos. Esses quadros mostram os montantes relativos à venda de Bens de Investimento, Transferências de Capital, Passivos ou Outras Receitas de Capital. Um outro quadro descreve-nos a origem das Receitas Correntes, dos Impostos Directos, Derrama, IMI, IMT, etc... Os rendimentos de propriedade referenciados têm essencialmente a ver com os valores que a EDP nos paga até dois mil e vinte, pelo aluguer da rede. Do FEF, recebemos cinco milhões quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e oitenta e seis euros em dois mil e nove, e mantém-se este valor pois não há ainda ideia quanto àquilo que o governo nos transferirá. O quadro relativo a Bens e Serviços correntes refere-se à venda de água, mercado, feira, piscinas, etc... O quadro sobre aquisição de Bens de Capital tem a ver com aquilo que a Câmara adquire, por exemplo, empreitadas, terrenos, equipamentos,

mobiliário, entre outros. As transferências de capital são pagamentos que se fazem a entidades a que pertencemos, como a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria ou a Associação Nacional de Municípios. No caso da primeira, incluem-se as verbas que pagam os serviços que ela nos presta, como seja o tratamento de esgotos. No quadro das Despesas com Pessoal, está o valor de cinco milhões e trezentos e oitenta e oito mil euros, sendo que este valor já inclui os descontos obrigatórios como os da ADSE. A parte de ordenados propriamente dita é de quatro milhões seiscentos e oitenta e oito mil euros, incluindo os contratados a termo certo. No quadro Aquisição de Bens e Serviços constam rubricas como os Transportes Escolares, o Tratamento RSU, as Refeições Escolares, entre outras. Os Juros e Outros Encargos tem a ver com os empréstimos existentes, os quais já estamos a amortizar. Transferências Correntes incluem as verbas que a Câmara Municipal entende dever passar para as Juntas de Freguesia, e também uma parte dos valores para a Regeneração Urbana está aqui contabilizada. Verifica-se globalmente que a Receita Corrente é inferior à Receita de Capital. Tal como se vê que a Despesa Corrente também é inferior à Despesa de Capital, o que significa uma inversão de uma situação que existia há uns anos atrás.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, continuou a sua explicação introdutória deste ponto da Ordem de Trabalhos, referindo o investimento na construção de umas piscinas no Centro Educativo Junqueira/Arões, na área do Planeamento Urbanístico em que se inclui o Parque Urbano, os pequenos prolongamentos previstos nas redes de água e saneamento, os gastos na cultura, desporto e apoio ao associativismo e Instituições Sociais, a concretização do importante projecto da Incubadora Industrial e os investimentos em vias de comunicação.-----

O Sr. Presidente destacou as transferências para as Juntas de Freguesia, que passam de trezentos e cinquenta mil euros para quatrocentos mil euros. É uma transferência que não é obrigatória, só que a Câmara Municipal tomou a decisão política de transferir essas verbas para apoio à descentralização e ao trabalho meritório das Juntas. Referiu ainda que o pessoal camarário que colaborava nos trabalhos das Juntas tem que estar sob a alçada dos Serviços da Câmara, por força de obrigação legal e atendendo à aplicação do SIADAP. Esses funcionários têm que ser obrigatoriamente avaliados pelos seus superiores hierárquicos pelo que têm que trabalhar sob a sua supervisão. Referiu ainda que a Câmara Municipal está a definir os seus objectivos internos. Entre outros, eles passam pelo aumento da execução orçamental e pela diminuição do endividamento. Para isso, é preciso continuar a aperfeiçoar mecanismos de gestão dos recursos humanos, de gestão de equipamento e materiais, racionalizando despesas e potenciando os recursos próprios. Por último, pedindo desculpa pela longa exposição, quis deixar uma palavra de reconhecimento ao trabalho dos funcionários da Câmara Municipal, muitas vezes criticados e muitas vezes sem razão. Como em todo o lado, há bons e maus funcionários. Mas acha que na sua globalidade prestam um bom serviço, como é o reconhecido até por peritos externos à própria Câmara. Para eles, vai o seu reconhecimento.-----

No uso da palavra o Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que por terem sido entregues todos os documentos “em cima da hora” e dada a época festiva, não foi possível analisar este Orçamento e as Grandes Opções do Plano mas que, numa primeira análise verificou que havia um empolamento do orçamento na ordem dos setenta por cento, dado que as receitas previstas, que foram aprovadas em dois mil e nove não ultrapassaram os dezanove milhões; que o Orçamento andava à volta de trinta e um milhões e que a taxa de execução daria também, cerca de

2009.12.28

cinquenta por cento o que não lhes transmitia um orçamento real e fidedigno do que será o futuro da Câmara Municipal. Questiona algumas rubricas e uma delas é a relativa à venda de bens de investimento cujo valor é de dez milhões de euros, querendo saber quais os investimentos que o Senhor Presidente estava a pensar vender para realizar esta receita porque lhes dava a sensação que seria uma forma de cobrir o buraco orçamental que existe e quais foram os resultados de dois mil e nove.-----

Continua, dizendo que sabe que existem processos de expropriação em curso no Tribunal, relativos ao parque da cidade na ordem dos cerca de cinquenta hectares de terrenos expropriados e não pagos; que na zona industrial de Lordelo e Codal e da Avenida de Lordelo e Codal, rondará os quarenta hectares e pergunta se estas verbas estão contempladas neste orçamento ou se se vai recorrer, para adiar estes pagamentos, adiando assim o futuro do Município. -----

Referiu que o Partido Socialista não acha ambicioso o Plano e as Grandes Opções do Plano uma vez que o QREN e os apoios comunitários acabam em dois mil e treze e haverá uma redução muito grande, depois de dois mil e treze. Refere que na área da juventude surge algum investimento esperando que este ainda seja maior e que finalmente traga o Conselho Municipal da juventude, uma vez que já têm uma Casa Municipal da Juventude.-----

Mencionou que o senhor Presidente fez agora e também na última sessão, o comentário de que é dado um milhão de euros aos municípios mais pobres e pretende que este lhe indique por escrito o porquê desse entendimento porque acha que deve haver solidariedade entre municípios e que se o Município de Vale de Cambra está mais rico, deve colaborar com os mais pobres, apesar de compreender a sua posição de defesa do Município.-----

Demonstrou contentamento pela adesão da Câmara Municipal ao Plano de Mobilidade Sustentável, tendo em atenção o facto da população estar a envelhecer como referiu e que segundo as previsões feitas que o preocupam, no ano de dois mil e cinquenta iriam ter dezanove mil habitantes apontando duas razões para isso vir a acontecer; ou os jovens estão a fugir de Vale de Cambra ou então não há um crescimento natural em Vale de Cambra.-----

Quanto ao plano de mobilidade, lembrou que deve ser tida em consideração a lei vigente e ter cuidado quando se apresenta o projecto face à existência de situações em Vale de Cambra, que estão um pouco fora da lei, dando como exemplo, os obstáculos na estrada pedonal com cerca de vinte centímetros podendo originar acidentes pessoais.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa referiu que quando os membros da Assembleia falam é porque sentem preocupação, querem que as dúvidas sejam respondidas e que isso não pode ser enquadrado num espírito puramente político e de quezília política mas sim, na perspectiva de alertar atendendo às experiências passadas, onde foram mal gastos dinheiros públicos sendo de muita responsabilidade toda a acção camarária e num período de crise, como a actual, todas as questões devem ser consideradas de grande importância. Sobre o Plano e Orçamento, referiu que à partida todos os Planos são bonitos e são exequíveis mas que a questão era concretizá-los atendendo ao objectivo principal, que é servir as populações. Falando da regeneração urbana, e na remodelação da Avenida Camilo Tavares de Matos, pergunta se aquando da remodelação da Avenida Infante D. Henrique, foi feito algum inquérito aos principais interessados e à principal actividade aí desenvolvida, que é a actividade comercial e se as pessoas residentes também foram ouvidas.-----

2009.12.28

Presume que o objectivo da regeneração urbana será bom, não o pondo em causa mas que o estudo devia ser enquadrado tendo em conta a opinião das pessoas sobre o espaço usado por estas e seus clientes pois são estas que estão a desenvolver o concelho e não gostava que daqui a uns anos, ouvíssemos que Vale de Cambra vai efectivamente ter menos pessoas; gostava que os planos fossem de forma a que, para o ano tivéssemos mais pessoas, fossem optimistas e também transmitissem na sua feitura na sua execução esse optimismo, tivéssemos mais pessoas com melhor qualidade de vida do que aquela que temos, fossemos efectivamente um concelho melhor do que aquele que somos. Frisa que o plano devia ser orientado com esse objectivo e puramente com esse objectivo.-----

Quanto ao Orçamento, refere que lhe é difícil descortinar uma realidade absoluta mas que há sempre aproveitamentos dos mesmos e subterfúgios nas verbas muitas vezes atribuídas; que as coisas se apresentam muito bonitas e efectivamente a realidade não será necessariamente assim; que nesta fase aguda e difícil para toda a gente, não podemos esquecer que estamos em Portugal, um país que não tem as capacidades que parece ter e teremos de ser mais realistas, de ver que estudos económicos são feitos sobre zonas industriais que dão milhões de euros de lucro como foi focado em relação à zona Industrial do Rossio afirmando novamente que gostava de ver o estudo e o resultado obtido.-----

Quanto ao Plano refere que o acha bom e mereceria apoio se não houvesse no seu entender, algo que não é possível ser exequível, com uma correcta interpretação do que vai ser feito, referindo-se ao caso do arranjo da Av. Infante D. Henrique, onde acha haver erros e maus acabamentos e pergunta se foram activadas as garantias bancárias da obra.-----

No uso da palavra o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares referiu que ouviu várias intervenções que o preocuparam e refere duas delas, uma é que os chamaram a quase todos velhos sendo este o mais idoso da sala, em termos dos políticos, daqueles que têm que decidir mas também de incentivar os jovens a quem vai dando o exemplo também de idoso mas, jovem. Disse que aceitava os desafios, que acreditava no futuro de tal maneira que há quatro ou cinco anos quando o petróleo chegou aos cento e cinquenta dólares, se dizia que no ano a seguir chegava aos duzentos e no ano a seguir estava nos quarenta e pouco e agora está nos cinquenta ou sessenta. Afirma que foi daqueles que há dois ou três anos atrás pensava que o mundo estava todo rico, fruto de produtos fictícios e que era impossível sustentar a situação e que todos sabemos o colapso que aconteceu e portanto é optimista em todos os aspectos e aquilo que o homem teimar fazer é o que de facto faz.-----

Refere ainda que ficou preocupado com o já referido também pelo deputado do PS referente à população de Vale de Cambra no ano de dois mil e cinquenta, que será de dezanove mil contra os actuais vinte e cinco mil e pergunta a razão de tal vir a acontecer; pergunta se é porque morre mais gente e nasce menos, o que não será culpa nossa ou se é porque estes não tiveram as condições para viver no nosso concelho e foram obrigados a ir para outro lado.-----

Em relação ao orçamento e a tudo o que se disse lança o desafio da descentralização e começa por dizer que exigimos ao governo certa legislação e temos cada vez mais de a exigir a quem faz os destinos desta Câmara. Refere que quando fala de descentralização não vai exigir que se faça em Arões um Parque desta natureza, que não quer uma auto-estrada em Arões ou Cepelos ou em Rôge, mas somente o necessário para que essas pessoas se sintam lá bem e coisas simples dando como exemplos, o parque de Arões, não sabe quanto é que

custou, mas que já acabou por fixar muita gente, o tapete que se pôs em duas ou três estradas e que são estas pequenas coisas, esta descentralização que leva as pessoas a não sair e a gostar de ir para lá. Refere que as pessoas ao fim de semana gostam de sair da cidade, do barulho e que não fazemos o mínimo de condições para eles continuarem a gostar. A exemplo, refere que há trinta e poucos anos, para ir a Sintra só havia o IC19 e duas faixas de rodagem e passava-se bem a qualquer hora do dia, não havendo engarrafamentos e que, face à condições lá criadas, aumentou o interesse das pessoas em ir para lá e neste momento existem três estradas havendo engarrafamentos em todas elas. Se forem criadas em Vale de Cambra, especialmente no interior do concelho, garante que toda a gente gostará de cá estar.-----

Quanto ao Plano para o próximo ano e Plano Plurianual dos quatro anos, discorda um pouco do Dr. João Silva a propósito deste dizer que o Plano Plurianual não é ambicioso, pois o que interessa é que seja realista, que seja possível concretizá-lo nestes próximos três ou quatro anos e não muito ambicioso, fazendo um terço daquilo que se planificou.-----

Sobre o Quadro de Pessoal, fez referência à posição tomada pela oposição que por um lado se abstêm ou vota contra o Mapa de Pessoal e por outro lado se manifesta que não lhe chegam atempadamente os documentos e que tudo isso é feito com pessoal apesar da existência de computadores são precisas pessoas para lidar com estes.-----

Relativamente ao Orçamento realçou a amortização que a Câmara vai fazer dos empréstimos no valor de dois milhões e cem mil euros, os juros que vai ter de pagar relativamente ao capital em dívida, mais ou menos quinhentos mil euros e perguntou ao Sr. Presidente até que data estavam feitos os pagamentos a fornecedores.-----

Referiu que o Orçamento é bastante objectivo, realista e de rigor embora um pouco empolado, notando um esforço da Câmara Municipal de mais dois milhões comparativamente ao do ano passado; é descentralizador, frisando que alguns membros da oposição concordavam com a sua posição de descentralização e que se iria ver como seriam discutidas futuramente, estas questões mas que, certamente, apesar das divergências, através do diálogo se chegaria a bons resultados.-----

No uso da palavra o Sr. Manuel de Sousa Pinho questionou as verbas destinadas às Associações de carácter desportivo, cultural e recreativo dizendo que ficou sensibilizado com o valor que foi apresentado, pois que nos últimos anos as verbas tinham vindo a diminuir e verifica agora que são destinados a esta área um milhão seiscentos e trinta e seis mil euros, não sendo especificado se para obras ou transferências, querendo saber a que se destina este valor.

Quanto à verba constante na área do turismo verificou que o seu valor no Orçamento era quase insignificante e perguntou se a Câmara mudou de ideias quanto ao desenvolvimento do turismo em Vale de Cambra, apostando noutras áreas.-----

Tendo verificado que no centro escolar Junqueira/Arões, se estão a construir umas piscinas, referiu que é uma lacuna muito grande não haver umas instalações desportivas cobertas no interior do concelho, impossibilitando jovens e menos jovens de praticar modalidades durante o inverno e até durante o verão porque não têm instalações e pergunta porque é que não se optou pela construção de um pavilhão em vez das piscinas.-----

No uso da palavra o Sr. Albano de Oliveira Braga referiu que tinha solicitado uma relação da execução real das despesas e das receitas para analisar melhor o Orçamento e não lhe foi entregue assim como, do valor da dívida e os juros do

endividamento. Disse que quer saber também se existem provisões, para fazer face aos custos dos processos em contencioso e apresenta um desafio à autarquia, tendo em conta que uma das suas maiores despesas, relativa à recolha de lixo e limpeza urbana no valor de cerca de um milhão e oitocentos mil, que é a de reverter novamente o serviço para a autarquia, sendo a autarquia a gerir este serviço aqui no concelho.-----

No uso da palavra o Sr. António Gomes pediu informações sobre as variantes à cidade.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara no uso da palavra, referiu ao Dr. João Silva que foi oportunamente contactada a Senhora Presidente Concelhia do PS para uma reunião destinada a analisar a proposta do Plano e Orçamento, ao abrigo do Estatuto da Oposição. Infelizmente, ninguém apareceu nessa reunião agendada. Aliás, nem sequer houve qualquer comunicação a desmarcá-la.-----

Em relação ao Parque Urbano disse haver avaliações da arbitragem, relativas a terrenos no meio, encostados um ao outro, desde seis euros a dezoito euros e supõe que a Câmara irá ganhar muitos dos recursos que entretanto apresentou. Os três euros e quinze cêntimos que propuseram pelos terrenos, era sem ramadas e videiras, e está a conseguir-se acordar com muita gente a cinco euros e metro quadrado.-----

A propósito de arbitragens, conta que em Lordelo/Codal também se deu uma avaliação bastante curiosa pois, tendo a Câmara oferecido a sete euros e cinquenta cêntimos, noventa por cento das arbitragens estipulou mais quinze cêntimos, dizendo que estava mal feita a avaliação de sete euros e cinquenta cêntimos passando-a para sete euros e sessenta e cinco cêntimos. Disse que a verba está estipulada e têm recursos financeiros suficientes para, durante o próximo ano, pagar, embora essa verba não esteja prevista na sua totalidade

porque sabe-se de antemão que os processos não vão ser todos concluídos pelo Tribunal no período de um ano. É que ainda têm expropriações por resolver relativas à Avenida para Macinhata e que quando sair a ordem para pagar, não se poderá adiar o pagamento, pois são dados somente dez dias que obrigatoriamente são cumpridos sem possibilidade de se protelar.-----

Informa que o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, ao contrário do que foi dito, termina em dois mil e quinze e que neste momento possui doze milhões e quatrocentos mil euros de candidaturas aprovadas e protocolizadas, não estando ainda neste valor a candidatura feita com o projecto das piscinas do Centro Educativo Junqueira/Arões. Isto mostra também que há ambição e determinação no desenvolvimento integrado do concelho apostando muito no crescimento do nosso Concelho.-----

Sobre o FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro explica que quando leu a Lei das Finanças Locais, ficou contente porque aí constava que seriam beneficiados os concelhos que têm rede Natura e que seriam altamente beneficiados os que tivessem quotas altimétricas, e com solos difíceis e mil quilómetros de rede viária. Pensou que com esta nova Lei, Vale de Cambra iria ficar a ganhar. Depois ficou muito preocupado porque a verba acresceu em relação ao ano anterior em cerca de cinquenta e dois mil euros, que foi quanto se recebeu a mais no ano em que entrou em vigor a LFL (Lei das Finanças Locais). Referiu que comparando as características do nosso município com as dos municípios vizinhos (S. João da Madeira, Espinho, Albergaria a Velha), que recebem aproximadamente o mesmo FEF, acha estranho e não entende ainda a razão de Vale de Cambra ter de pagar para os municípios mais pobres. Vale de Cambra devia ser beneficiado e não prejudicado uma vez que existe rede Natura, somos obrigados a um determinado

número de regras e não recebemos um euro por termos uma zona protegida onde nasce o Rio Caima.-----

Quanto às obras de requalificação da Avenida Infante D. Henrique informou que durante um ano realizaram-se dezenas de debates e reuniões, fizeram-se inquéritos, estabeleceram-se parcerias com jornalistas, Santa Casa de Misericórdia e outras instituições, organizou-se um sem número de workshops ao ar livre, promoveu-se um sessão aberta na Biblioteca Municipal e se formos ler as actas e analisar algumas intervenções, praticamente não há críticas. Houve críticas depois da execução e apesar de gostar muito da filosofia, subjacente ao projecto, concorda que os materiais que foram aplicados poderiam ter sido diferentes e porventura de outra qualidade.-----

Disse que existindo erros eles têm de ser corrigidos, concluindo que este foi um primeiro desafio que tiveram pela frente. Num segundo desafio qua aí vem, na Avenida Camilo Tavares de Matos que é uma grande referência na nossa terra, não se cometerão os mesmos erros. Referiu que estará aberto a todas as propostas, vindos de todos e também da Assembleia,tanto na questão dos materiais como na filosofia. Acrescenta que, sendo encontrada uma excelente solução para a Avenida Camilo Tavares de Matos, depois da sua execução, que será daqui a dois, três, quatro anos, com facilidade se melhorará a Avenida Infante D. Henrique, substituindo o material aí colocado por um material mais adequado. Utilizando essas placas noutras intervenções, não haverá então qualquer desperdício de material.-----

Quanto ao investimento do Rossio, informa que fará chegar ao Sr. Eng.º Aníbal, através do Dr. Armando Ribeiro, todos os documentos que comprovarão se ganhamos ou não dinheiro e que relativamente aos defeitos detectados na

2009.12.28

Avenida Infante D. Henrique, o Vereador Pedro Almeida irá contactar o empreiteiro para os corrigir.-----

Em relação à intervenção de Sr. Manuel Domingos, informou que de um momento para o outro a Conservatória deixou de fornecer o número de registo de bebés e que a última referência é de há três anos atrás, quando de duzentos bebés/ano passamos para cento e cinquenta bebés. Isto que representa uma redução de cerca de vinte e tal por cento, o que é preocupante.-----

Informou que a DASE – Divisão de Acção Social e Educação está a terminar um estudo, que pretende saber junto das pessoas as suas razões para esta quebra na natalidade. Estamos a tentar ver se se descobre qual é a causa, para então encontrar as soluções possíveis. Há muita gente que diz, por exemplo, ser por causa dos turnos das fábricas, não tendo onde deixar os bebés, etc... Veremos assim como tentar ultrapassar esta situação designadamente com recurso às nossas Instituições Sociais.-----

Ao contrário do que se diz, e pelos indicadores de que dispõe, há pouca gente a sair de Vale de Cambra para fora. Alguns têm saído para a Feira, nosso grande concorrente, mas não para as outras cidades aqui nas redondezas. -----

Quanto aos débitos a fornecedores, disse que estavam pagos até Agosto todo e parte de Setembro de 2009.-----

Quanto à intervenção do Senhor Manuel Pinho, informou que a verba de um milhão e cento e trinta e seis mil euros se destinava a todas as associações e Instituições. Deu como exemplo, a Associação de Municípios de Santa Maria, Associação de Municípios Portugueses e Associativismo local. A própria Regeneração Urbana tem parceiros que são Associações, estando neste valor verbas destinadas a estes. Salientou que tenciona cumprir com o Regulamento, em vigor apesar de ser um regulamento antigo a precisar de revisão e refere que

a Associação que mais dinheiro recebe em Vale de Cambra neste momento, é a ACR que bem merece, dada a sua grande actividade.-----

Disse ser seu objectivo fazer no final do ano, um sarau ou uma festa com todos os atletas da nossa terra que se notabilizaram nos feitos individuais ou colectivos, porque acha que é um reconhecimento merecido, pois trabalharam muito durante o ano para conseguir os objectivos que traçaram.-----

Sobre as piscinas do Centro Escolar de Junqueira/Arões informou que, após um estudo, se chegou à conclusão que as piscinas eram mais importantes que o pavilhão. As crianças e os jovens têm dois campos a céu aberto para fazer as suas actividades, mas as piscinas estão destinadas e vão ser construídas para servir o público escolar e para servir a população da zona alta do concelho em períodos fora do horário escolar. Vão estar abertas todo o ano e metade delas descobrem no Verão, podendo ser utilizadas por toda a população, mesmo fora das horas lectivas.-----

Em relação à construção de pavilhões, informa que as Associações não podem estar à espera que a Câmara Municipal os faça e depois os ofereça. Aconselha as Associações a estudarem o caso do pavilhão de Lordelo ou do o pavilhão da ACR para saberem como foram feitos. A Câmara deve ser vista como entidade parceira nestes casos e não ter o encargo total da obra.-----

Informou que houve em tempo um protocolo com o C.D.C. Era uma situação diferente porque ia servir todo um público escolar daquela zona e ainda a colectividade e população em geral.-----

Este protocolo foi assinada, a candidatura aprovada, em que a Câmara liderava a construção desse pavilhão em parceria com aquela Associação. Sem que até hoje se tenha percebido, a candidatura foi arquivada por suposta falta de verba. Disse ter tentado saber as razões da falta de verba, mas que lhe parecia ter sido

2009.12.28

arquivada por motivos políticos, razões desta também apontada em intervenção por alguém do mandato anterior.-----

Quanto à pergunta do Sr. António Gomes sobre as variantes à cidade, referiu que são parte de um processo que variou consoante a vontade e a disponibilidade governativa, que pareceu ter cessado, independentemente da própria vontade da Autarquia. Salientou contudo que as obras da A32, que nos vai servir no futuro sobretudo em direcção ao Norte, estão em boa execução. Importante para nós são também as nossas amarrações ou ligações a essa auto-estrada, ou ainda ao IC 35 na zona do Rossio e que a Estradas de Portugal deverá concretizar por decisão do Governo.-----

Sobre a última questão apresentada pelo Senhor Albano Braga respondeu que fica mais caro e que o serviço antigamente executado pela Câmara não tinha a qualidade que tem o serviço prestado pela empresa, nos últimos anos.-----

No uso da palavra o Dr .João Pedro Bastos Silva referiu que a questão essencial no Parque Urbano era saber se já estava prevista a forma de pagamento no orçamento dos trinta e três hectares.-----

Sobre o milhão de euros, da rede Natura, da Lei das Finanças Locais, cotas altimétricas, perguntou se já foram pedidos esclarecimentos ao Governo.-----

Se não pediu, acha que deve tentar saber e expor a situação de Vale de Cambra. Quanto aos motivos políticos para não fazer o segundo pavilhão de Vale de Cambra, informa que o Partido Socialista nunca teve motivações políticas para impedir qualquer tipo de obra em Vale de Cambra e que sempre se dispuseram e trabalharam para ajudar nessas questões. Refere que, se houve alguém do mandato anterior que se veio vangloriar que tinha sido supostamente essa pessoa que tinha chegado até ao Secretário de Estado do Desporto com esse fim, acha

2009.12.28

que, pelo conhecimento que tem do Secretário de Estado do Desporto, este não lhe daria ouvidos.-----

Falando das escolas, afirmou que fica satisfeito que o Sr. Presidente esteja de acordo com esta medida do governo, e que afinal nem tudo o que vem do governo é mau mas que em relação às escolas abandonadas é preciso pensar no seu destino porque elas são um património histórico que temos em Vale de Cambra, disponibilizando-se para encontrar soluções para a sua utilização, dizendo que em vários concelho do país, estas foram usadas para o turismo.-----

Sobre o Orçamento e das Grandes Opções do Plano, refere que o Sr. Presidente da Câmara vai ter carta branca para fazer tudo o que quiser, dado que existem várias rubricas abertas com obras de importância simbólica que com uma mera alteração podem ser aplicadas. Disse que viu algumas dessas rubricas, com algumas medidas, entre elas, habitação a custos controlados. Havia cinquenta euros no Grande Plano e espera, por ter sido uma proposta da Juventude Socialista nas últimas eleições, que possam vir a ser concretizadas; refere ainda que este seria um factor para que os jovens e as populações se fixassem em Vale de Cambra e que gostaria de estudar em conjunto e também alterar o orçamento esperando que esta visão vá para a frente e que não sejam só cinquenta euros mas talvez cinquenta mil euros, que não seria mau para iniciar. Como é a última intervenção deseja Boas Festas aos presentes.-----

Quanto à carta enviada ao Partido Socialista, eu hei-de averiguar o que é que aconteceu e hei-de informá-lo sobre isso.

No uso da palavra o Sr. Albano de Oliveira Braga referiu que concorda com a opção da piscina em Arões/Junqueira, acha que foi uma boa opção e que em relação às expropriações não tem interesse nenhum nestas e que o seu pai concordou com sete euros e cinquenta cêntimos e que acha um preciosismo da

parte da comissão arbitral definir o preço de mais 15 cêntimos para a zona industrial de Codal/Lordelo. Comentou o facto do Sr. Presidente ter falado depreciativamente relativamente aos peritos de Tribunal, pela idade e que lhe quer perguntar se é verdade ou não que, há uns anos, enquanto técnico perito contratado pelo Tribunal, emitiu um parecer valorizando terrenos do Parque da Cidade a quatro contos, vigorava ainda a moeda antiga.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara referiu que num futuro próximo, têm de pensar na situação das escolas abandonadas. Acho também serem património local, não devem ser vendidas a não ser em casos excepcionais, mas sim ser transformadas e reaproveitadas. Disse também haver algumas cedências às Associações locais, situações que teremos de avaliar porque a escola que veio nos jornais é um desses exemplos. Essas cedências têm sido feitas através dos próprias Juntas de Freguesia.-----

Refere que, em relação ao turismo, apesar da pouca verba orçamentada, está neste momento a estudar projectos privados, dando o exemplo de um projecto para o Trebilhadouro, no qual duas pessoas querem construir 21 quartos. Estão também em negociação com interessados em montar aí um restaurante que ao mesmo tempo servirá para exposição e venda de produtos regionais, pretendendo-se que seja a recepção do próprio Trebilhadouro. A ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, teve uma reunião com esses interessados porque têm verbas específicas para esses apoios. Da mesma forma, acha que as escolas podem também, depois da cedência às Juntas de Freguesia, dar-lhes a utilização mais apropriada que pode passar inclusivamente por fins turísticos. Trilhos/Caminhos vão continuar a ser uma realidade porque têm sido um sucesso e vão continuar a investir nessa área.-----

2009.12.28

Quanto à habitação a custos controlados informou que era um projecto que ia arrancar na avenida Dr. António Fonseca, logo a seguir à Santa quem vem de Macieira, nos terrenos que são da Câmara, e só não arrancou porque temos ainda que procurar chegar a acordo com o Dr. Hermenegildo Sá, nosso confrontante o que exige um estudo muito cuidado quanto aos limites. -----

Respondendo à questão do Sr. Albano Braga, disse que nunca foi perito do Tribunal e não foi quem fez o estudo relativo ao Parque da Cidade.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezassete votos a favor da Bancada do PPD/PSD e oito votos contra da Bancada do CDS/PP, tendo-se absterido da votação a Bancada do PS, aprovar o Orçamento de 2010 e as Grandes Opções do Plano para 2010/2013. O Orçamento apresenta um valor global de trinta e um milhões, setecentos e setenta e dois mil oitocentos e trinta e três euros (€ 31.772.833,00). As Grandes Opções do Plano apresentam um valor global de cinquenta e oito milhões oitocentos e noventa e dois mil cento e vinte e sete euros (€58.892.127,00).-----

5. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO – deliberação da Câmara Municipal de 15.12.2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de quinze de Dezembro de dois mil e nove, pela qual submete a apreciação desta Assembleia Municipal autorização para delegar nas nove Freguesias do Município, competências nas seguintes áreas: (1) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da respectiva freguesia, (2) Conservação e limpeza de ruas e passeios na área da respectiva freguesia, (3) Colocação e manutenção de sinalização toponímica na área da respectiva freguesia, com a consequente transferência de verba:-----

2009.12.28

Freguesia	Alínea a)	Alínea b)	Alínea d)	Desp.Protocolo	Total
Arões	€23.684,37	€24.774,44	€5.780,70	€11.017,28	€65.256,79
Cepelos	€13.983,08	€14.626,65	€3.412,89	€ 1.495,81	€33.518,43
Codal	€ 7.341,07	€ 7.678,95	€ 1.791,75	€ 3.393,70	€20.205,47
Junqueira	€12.371,37	€12.940,76	€ 3.019,51	€ 5.564,71	€33.896,35
M.Cambra	€20.757,31	€21.712,67	€ 5.066,29	€ 3.897,56	€51.433,82
Rôge	€13.267,05	€13.877,67	€ 3.238,12	€ 2.160,00	€32.542,84
S.P.Castelões	€28.333,80	€29.637,87	€ 6.915,50	€14.455,34	€79.342,51
Vila Chã	€16.364,85	€17.118,05	€ 3.994,21	€ 9.295,20	€46.777,31
VCPerrinho	€ 7.297,09	€ 7.632,94	€ 1.781,02	€ 3.315,97	€20.027,02
Total	€143.400,00	€150.000,00	€35.000,00	€54.595,57	€383.000,54

A totalidade da verba a transferir deverá ser inscrita no Orçamento para 2010, na rubrica 02/04.05.01.02.02.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e oito votos a favor, sendo dezassete da Bancada do PPD/PSD, sete do CDS/PP e quatro do PS, tendo-se absterido da votação o Senhor Eng.º Aníbal Moreira da Costa da Bancada do CDS/PP, autorizar a Câmara Municipal a delegar nas nove Freguesias do Município, mediante protocolo a celebrar com cada uma delas, as seguintes competências:

(1) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da respectiva freguesia, (2) Conservação e limpeza de ruas e passeios na área da respectiva freguesia, (3) Colocação e manutenção de sinalização toponímica na área da respectiva freguesia, com a consequente transferência de verba, inscrita na totalidade no Orçamento para 2010, na rubrica 02/04.05.01.02.02. Deliberou ainda aprovar, nos seus exactos termos e condições, a minuta do Protocolo a celebrar com as Freguesias. O Protocolo vigorará entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010.-----

6. DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA – LIMITES INTERNOS DO MUNICÍPIO –

deliberação da Câmara Municipal de 15.12.2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de quinze de Dezembro de dois mil e nove, pela qual aprovou a delimitação administrativa dos limites internos do Município. Remete a referida deliberação para aprovação pela Assembleia Municipal. Fica a Cartografia arquivada em pasta anexa, para os devidos efeitos.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara referiu que o que está em causa não tem nada a ver com as fronteiras externas, com outros concelhos e sim com as fronteiras entre freguesias e que mesmo aí, alguns Presidentes de Junta não concordaram com as fronteiras, não sendo apresentado esse documento; para aprovação da Assembleia só estão presentes os documentos do que foi acordado entre Juntas de Freguesia, com deliberação da Junta, com deliberação da Assembleia de Freguesia, com aprovação da Câmara Municipal. Todos os outros casos dúbios, como, Macieira de Cambra com Vila Cova de Perrinho, limitação no Rossio, virão à sessão numa próxima oportunidade assim que os Senhores Presidentes de Junta se entenderem, seja aprovado pelas respectivas Juntas as suas Assembleias de Freguesia.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e nove membros presentes, aprovar a delimitação administrativa interna do Município de Vale de Cambra, nos seguintes troços:-----

- Codal/Vila Chã;-----
- Vila Chã/S.Pedro de Castelões;-----
- Vila Chã/Macieira de Cambra;-----
- Macieira de Cambra/Rôge;-----
- S.Pedro de Castelões/Macieira de Cambra;-----
- S.Pedro de Castelões/Rôge;-----

- S.Pedro de Castelões/Cepelos;-----
- S.Pedro de Castelões/Junqueira;-----
- Rôge/Cepelos;-----
- Cepelos/Junqueira;-----
- Cepelos/Arões;-----
- Junqueira/Arões.-----

Não consta o troço entre as freguesias de Vila Cova de Perrinho e Macieira de Cambra por não haver acordo entre as mesmas.-----

7. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e), do artigo 53.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente, para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

8. APROVAÇÃO EM MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: **A Assembleia Municipal** deliberou, por unanimidade dos vinte e nove membros presentes, aprovar a minuta da acta da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: Não se registaram intervenções por parte do público presente.-----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, antes de terminar a Sessão disse que, e para que não restem dúvidas, sem desprimor para com os outros candidatos, o Presidente da Assembleia Municipal foi eleito com maioria

2009.12.28

absoluta nas eleições autárquicas e foi eleito pelos seus pares por maioria absoluta num processo que decorreu de acordo com a lei e que esta Assembleia o tornou claro e transparente, o que agradece.-----

Deu uma pequena nota pessoal, referindo-se ao Ano Novo e que pretendia que este fosse mesmo novo. Disse que acreditava nas competências da Assembleia Municipal, bem como da Câmara Municipal, das Instituições do Município, Empresas, empresários e colaboradores de Vale de Cambra. Acredita ainda na capacidade infinita do Povo de Vale de Cambra em resolver todas as crises, rematando com a frase “venha o que vier, seja o que Deus quiser. Bom Ano a todos.”-----

Aplausos.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão, eram zero horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e nove, da qual se lavrou a presente minuta da acta que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário_____

Manuel Domingos da Costa Tavares_____

[illegible]